

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA AMBIENTE - IEAA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM AMBIENTE,
SOCIOECONOMIA E AGROECOLOGIA - NUPEAS
CURSO DE AGRONOMIA

**PLANO DE NEGÓCIO PARTICIPATIVO PARA
APROVEITAMENTO DE CASTANHA DO BRASIL
(*Bertholletia excelsa*) NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
AGROEXTRATIVISTA BOTOS (HUMAITÁ-AM).**

Andreson Oliveira Cardoso

Humaitá- AM
Outubro de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA AMBIENTE-IEAA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM AMBIENTE,
SOCIOECONOMIA E AGROECOLOGIA - NUPEAS
CURSO DE AGRONOMIA

**PLANO DE NEGÓCIO PARTICIPATIVO PARA
APROVEITAMENTO DE CASTANHA DO BRASIL
(*Bertholletia excelsa*) NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
AGROEXTRATIVISTA BOTOS (HUMAITÁ-AM).**

Andreson Oliveira Cardoso
Orientadora: Prof.^a Msc. Francimara Souza da Costa

“Trabalho apresentado como parte das exigências do curso de Agronomia para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo”.

Humaitá- AM
Outubro de 2012

Tem fazenda e fazenda
que é grande perfeitamente
Sobe terra desce serra
Salta muita água corrente
Sem lavoura e sem ninguém
O dono mora ausente
Lá só tem um caçambeiro
Tira onda de valente
Isso é uma grande barreira
Tem muita gente sem terra
E tem muita terra sem gente.

(CANTOS DOS LAVRADORES DE GOIÁS. Espelho da realidade. In: Martins,
José de Souza. Expropriação e Violência. São Paulo: HUCITEC)

Dedico este trabalho aos meus pais, Eloy Oliveira Cardoso e Clair Tecla Cardoso, aos meus irmãos, Aroldo Cardoso, Eloy Oliveira Cardoso Filho, Cley Oliveira Cardoso, Valdezan Oliveira Cardoso e Cleris Oliveira Cardoso. E a todos, que alguma forma contribuíram com essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido esta conquista, colocando à minha volta pessoas especiais que me auxiliaram nos momentos de dificuldades, angústias e necessidades.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto de Educação Agricultura e Ambiente (IEAA), pela oportunidade concedida.

A Pró Reitoria de Extensão e Interiorização-PROEXTI, pelo incentivo ao trabalho, que sem seu apoio não seria possível a realização do projeto de extensão.

Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia (NUPEAS), pela oportunidade concedida de realizar meu trabalho de extensão juntamente com professores e alunos altamente profissionais.

Ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), pela oportunidade concedida ao meu estágio que contribuiu de forma significativa em minha formação profissional.

A Professora Francimara Souza da Costa, pelo profissionalismo, competência, pelas ótimas aulas e pela generosidade com que sempre me orientou e ensinou. Serei eternamente grato.

Aos Professores do colegiado de agronomia pelo profissionalismo, ensinamentos, amizade e generosidade de todos.

Aos colegas discentes do curso de Agronomia da primeira turma a entrar nesta Universidade em 2006, pelo apoio emocional e profissional recebidos, principalmente à Deyvis Leite Barbosa, Elenilson de Jesus Barroso, Ewerton

Gonçalves Nunes, Douglas Marcelo, João Luiz Malta, Audinei Lima Leite, Julimar da Fonseca, Francisco Barreto, José Cunegundes e minha Amiga Aline Moraes.

A minha querida amiga Rita Bressan e Maria Terezinha Leite Barbosa e toda sua família que me acolheram com amor fraternal, sem vocês esta conquista não seria possível.

Agradeço profundamente a minha mãe, Clair Tecla Cardoso e meu pai, Eloy Oliveira Cardoso pelo apoio e compreensão; e a todos os meus irmãos, nos momentos em que não estive presente.

Aos membros da banca Prof. Luciano Augusto Souza Rohleder e a Carlos Antônio Pantoja Gerente da Unidade local do IDAM de Humaitá pelas considerações e sugestões de melhoria deste trabalho.

Agradeço a todas as famílias do Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos, pela participação e colaboração durante o decorrer do trabalho, por que sem eles não seria possível à realização do projeto de extensão.

Agradeço a todas as pessoas que de uma forma ou de outra colaboraram para a conclusão desta graduação.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FIGURAS

FIGURA 1: localização do PAE Botos.....	14
FIGURA 2: localização de Humaitá no Estado do Amazonas.....	14
FIGURA 3: Fruto da castanha do Brasil (A); Amêndoa (B); Plântula (C); opérculo (D)	17
FIGURA 4: Principais áreas de ocorrência de castanhais no Estado do Amazonas	20
FIGURAS 5 e 6: Reunião com membros da associação do PAE.....	30
FIGURA 7: Mapa da área de produção apontada pelos extrativistas do PAE Botos	30
FIGURA 8: Árvore de Problemas elaborada pelos extrativistas do PAE Botos	31
FIGURA 9: Fluxograma da produção da castanha no PAE Botos	31
FIGURAS 10 e 11: Embalagens de castanha comercializada no PAE Botos.....	36
FIGURAS 12 e 13: Estufas para secagem da castanha.....	35
FIGURA 14: Fluxograma das etapas da produção da castanha sem casca.....	36
FIGURA 15: Certificadoras de produtos orgânicos.....	38
FIGURA 16: Planta baixa da usina de castanha para comercialização	47
FIGURA 17: Organograma sugerido para Associação de Desenvolvimento dos Trabalhadores Rurais do PAE/Botos a partir da implantação deste negócio	49
FIGURA 18: Fluxograma da atividade de produção	51
FIGURAS 19, 20, 21: produtos a serem comercializados pela Associação do PAE Botos	53
FIGURAS 22, 23 e 24: produtos a serem comercializados pela Associação do PAE Botos	53
FIGURAS 25, 26, 27 e 28: Comunidade Pirapitinga.....	72
FIGURAS 29, 30, 31 e 32: Comunidade Escapole	72
FIGURAS 33, 34, 35 e 36: Comunidade Botos.....	72
FIGURAS 37, 38, 39 e 40: Oficina de Gestão Comunitária da Castanha	74
FIGURAS 41, 42 e 43: Oficina de Gestão Comunitária da Castanha	74

FOTOS

FOTO 1: Castanheira (<i>Bertholletia Excelsa</i>).....	18
FOTO 2: Castanheira (<i>Bertholletia Excelsa</i>).....	18

QUADROS

QUADRO 1: Modalidade de projetos de assentamentos criados pelo Incra na região sul do estado do Amazonas.....	23
---	----

QUADRO 2: Matriz FOFA do negócio da castanha no PAE Botos	32
QUADRO 3: Produtos de castanha sugeridos para comercialização no PAE Botos	37
QUADRO 5: Estratégias para minimizar os efeitos das fraquezas e das ameaças do negócio identificadas pelos comunitários na matriz FOFA.....	46
QUADRO 6: Plano de produção da castanha do PAE Botos para 5 anos	50
TABELAS	
TABELA 1: Fenologia da Castanha do Brasil na Amazônia Ocidental.....	17
TABELA 2: Produção de Castanha do Brasil da Região Norte	20
TABELA 3: Renda obtida com a Produção de Castanha do Brasil	21
TABELA 4: Produção da castanha na Região sul do Estado do Amazonas	39
TABELA 5: Projeção de vendas de castanha do Brasil no PAE Botos	42
GRÁFICO	
GRÁFICO 1: Número de assentamentos criados na região Norte 1969-2006.....	23

SUMÁRIO

	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	12
2.1. OBJETIVO GERAL:.....	12
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	12
3. MATERIAIS E MÉTODOS	13
3.1. ÁREA DE ESTUDO.....	13
3.2. COLETA E ANÁLISE DE DADOS	15
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
4.1. IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA CASTANHA DO BRASIL.....	16
4.2. ASSENTAMENTOS RURAIS E EXTRATIVISMO.....	21
4.3. PLANO DE NEGÓCIO E SUSTENTABILIDADE.....	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
1ª etapa:.....	29
2ª etapa:.....	32
3ª etapa:.....	72
6. CONCLUSÕES	75
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

RESUMO

A exploração sustentável da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) pode beneficiar populações tradicionais e promover a conservação da floresta se manejado de forma planejada. Este trabalho objetivou elaborar um plano de negócios participativo para aproveitamento da castanha do Brasil e mobilizar os moradores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos (Humaitá-Amazonas) para sua execução. O trabalho foi desenvolvido em três etapas: a) Coleta de informações por meio de Diagnóstico Rural Participativo; b) Elaboração do plano de negócios e c) Palestra sobre “gestão comunitária de negócios”. O negócio tem como *Fortalezas*: abundância de árvores nativas e fácil armazenamento; *Oportunidades*: possibilidade de aumentar o número de compradores, fortalecimento da associação e compra de um barco para escoamento dos produtos; *Fraquezas*: conflitos com donos de terra e desmatamento; *Ameaças*: preço baixo, falta de local para armazenamento e atravessador. O assentamento tem capacidade produtiva para instalação de uma usina de beneficiamento de castanha para comercialização de castanha com e sem casca e castanha orgânica, o que aumentaria o preço atual de R\$ 15,00 (lata) para até R\$ 28,90, ampliando a renda dos extrativistas em até 92%. A receita prevista com a venda destes produtos é suficiente para o pagamento de todos os compromissos operacionais estimados para a implantação do negócio, com fluxos de caixa anuais positivos ao longo do período analisado (5 anos), variando entre R\$ 72.997,82 a R\$ 130.590,97.

Palavras-chaves: populações tradicionais, cadeia produtiva, diagnostico rural participativo

1. INTRODUÇÃO

A região amazônica cobre quase metade do território brasileiro (49%), equivalendo à cerca de 400 milhões de hectares de floresta tropical, abrigando mais da metade das espécies existentes de fauna e flora (FACHINELLO, 2010). A importância da Amazônia não se resume ao papel que desempenha para o equilíbrio ecológico mundial, ela se constitui também em uma rica fonte de matéria-prima (alimentares, florestais, medicinais, energéticas, minerais, pesqueiros e extrativistas). Portanto, é preciso explorar racionalmente os recursos disponíveis para preservar a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social dos moradores locais (PAULA, 2009).

Dentre o potencial extrativo da região, têm-se os produtos florestais não madeireiros (PFNM), reconhecidos como os recursos biológicos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações, incluindo-se plantas medicinais e comestíveis, além de uma ampla variedade de raízes, cascas, ramos, frutas, flores, sementes, fungos, castanhas, resinas, látex e óleos essenciais (SHANLEY *et al*, 2005). Para os povos da Amazônia, a extração dos PFNM tem se mostrado como umas das principais fontes de renda, porém, a economia de produtos não-madeireiros ainda não apresenta valores expressivos como àqueles das economias formais. Apesar de gerar emprego para mais de um milhão de pessoas, a participação da economia não madeireira no PIB regional ainda é inexpressiva, apenas 1,8% (BORGES & PASTORE JÚNIOR, 1999).

No Estado do Amazonas, um dos principais PFNM explorados por extrativistas é a castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*). A castanheira é uma árvore intimamente ligada à cultura das populações tradicionais da Amazônia e do Estado do Amazonas. Seus produtos e subprodutos são utilizados como fonte de alimentação e renda (PAULA, 2009). Apesar da importância econômica e social da castanha para os extrativistas do Amazonas, diversos entraves, tais como, falta de organização social, dificuldades no escoamento da produção, baixa qualidade dos produtos, dentre outros, contribuem para que sua exploração não alcance participação expressiva no mercado, permanecendo os extrativistas em condições de pobreza.

No município de Humaitá, localizado na região Sul do Estado do Amazonas, o extrativismo de castanha do Brasil constitui uma importante fonte de renda às comunidades rurais. O município é considerado estratégico para articulação das ações de desenvolvimento, especialmente relacionadas à economia agrícola e extrativista, pela possibilidade de fortalecimento das cadeias de comercialização, em função da sua localização com acesso tanto por via fluvial como através das rodovias BR 319 e BR 230 (Transamazônica), o que facilita à logística junto aos demais municípios e Estados (VIANA & RIBEIRO, 2004). Porém, as comunidades do município que têm o extrativismo como base econômica, vivem em situações de pobreza e falta de acesso aos serviços públicos, o que estimula o abandono da atividade ou a prática de atividades ilegais (venda de madeira e garimpo).

Como tentativa de minimizar esta situação foram criados no município Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) “destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que vivam nestas áreas mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades” (INCRA, 1996). Esta modalidade de regularização fundiária poderia contribuir para solução de diversos problemas das populações rurais e tradicionais, caso seus objetivos fossem cumpridos, porém, em Humaitá representa um problema tão grave quanto à falta de regularização, pois a falta de infraestrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o controle das atividades e assistência aos assentamentos, agrava os conflitos socioambientais já existentes, levando os PAEs ao limite da inviabilização (IIEB, 2010).

Dentre os PAEs de Humaitá, o PAE BOTOS é o segundo maior e o mais antigo. Criado em 2004, possui área de 101.397,6518 ha, e é formado por 3 comunidades ribeirinhas, com capacidade para implantação de 200 famílias que têm como uma das principais fontes de renda o extrativismo de castanha. A exploração sustentável deste produto pode beneficiar populações tradicionais e promover a conservação da floresta, se manejado de forma planejada e de acordo com padrões técnicos pré-estabelecidos (MACHADO, 2008). O mercado é bastante variado e os compradores, dependendo do produto, demandam por

quantidades e características diferenciadas. Neste contexto, este trabalho objetivou elaborar um plano de negócios para aproveitamento da castanha do Brasil e mobilizar os moradores do PAE Botos para sua execução.

O plano de negócios foi elaborado de forma participativa, possibilitando aos assentados diagnosticarem seus problemas e elaborar estratégias conjuntas para solucioná-los. O plano de negocio é uma ferramenta de planejamento que permite ao empreendedor visualizar as possibilidades de sucesso com uma visão antecipada dos entraves, possibilitando a organização de alternativas para superá-los, e uma análise completa da viabilidade do negócio.

Este trabalho foi executado com financiamento da Pró Reitoria de Extensão e Interiorização - PROEXTI, com bolsa de extensão em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL:

Elaborar um plano de negócio participativo para o aproveitamento da castanha do Brasil no Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- * Identificar em conjunto com as comunidades possíveis estratégias de comercialização da castanha no assentamento.
- * Identificar os pontos fracos e fortes, bem como, as ameaças e oportunidades existentes para consolidação do negócio.
- * Mobilizar a comunidade para o planejamento das atividades relacionadas ao manejo da castanha e execução do plano de negócios elaborado.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. ÁREA DE ESTUDO

Este trabalho foi desenvolvido no Projeto de Assentamento Agroextrativistas Botos (Figura 1) localizado no município de Humaitá (Figura 2), região Sul do Estado do Amazonas. O PAE Botos localiza-se à margem esquerda do rio madeira sentido Humaitá-Manaus e possui uma área de 101.394 ha.

Humaitá possui clima tropical chuvoso com uma pequena estação seca (tipo Ami), segundo a classificação de Köppen. A média anual de precipitação é de aproximadamente 2.500 mm e a temperatura média de 25°C. A precipitação máxima ocorre durante o verão (outubro-março) e o período seco ocorre de junho a agosto.

Atualmente, o PAE Botos possui 56 famílias aproximadamente assentadas, com 35 famílias na comunidade Botos, 9 famílias no Pirapitinga e 12 famílias na comunidade do Escapole. Estas informações foram relatadas pelas famílias que vivem no assentamento, por meio de reuniões com os comunitários. As principais atividades econômicas são o extrativismo de castanha, açaí, pesca e mandioca para produção de farinha.

Apesar de o assentamento ter sido criado em 2004, o Plano de Utilização (PU), que deve ser feito pelos moradores e aprovado pelo INCRA para devida utilização da área, bem como, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) que deve ser elaborado pelo INCRA com participação das organizações locais, objetivando a determinação das atividades produtivas (agrícolas e não-agrícolas) que garantam a sustentabilidade do PAE, ambos instrumentos previstos na Portaria 268 de 1996 do INCRA, ainda não foram elaborados. Sem estes instrumentos, os assentados não têm acesso aos benefícios previstos na política de reforma agrária, tais como licenciamento ambiental, crédito habitação, crédito agrícola, dentre outros.

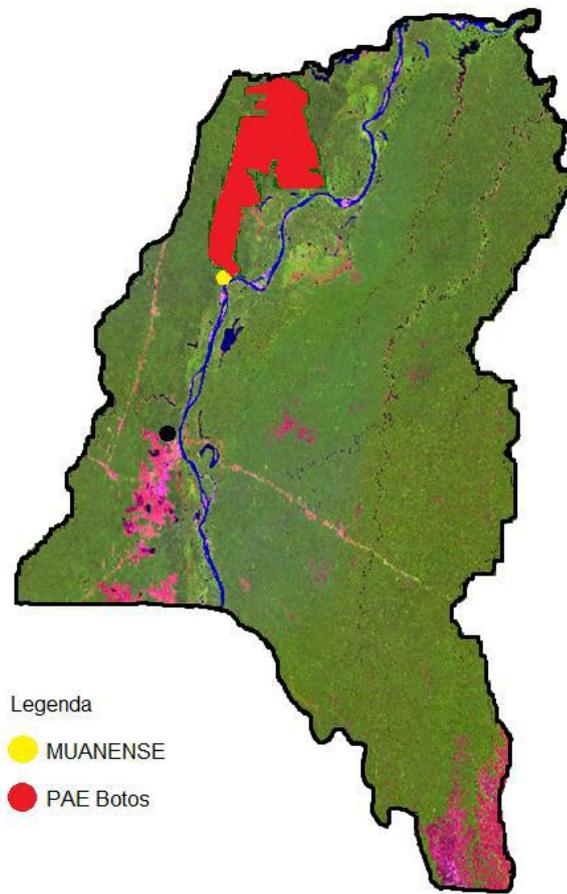


FIGURA 1: localização do PAE Botos
 Elaboração: Andreson O. Cardoso 2012

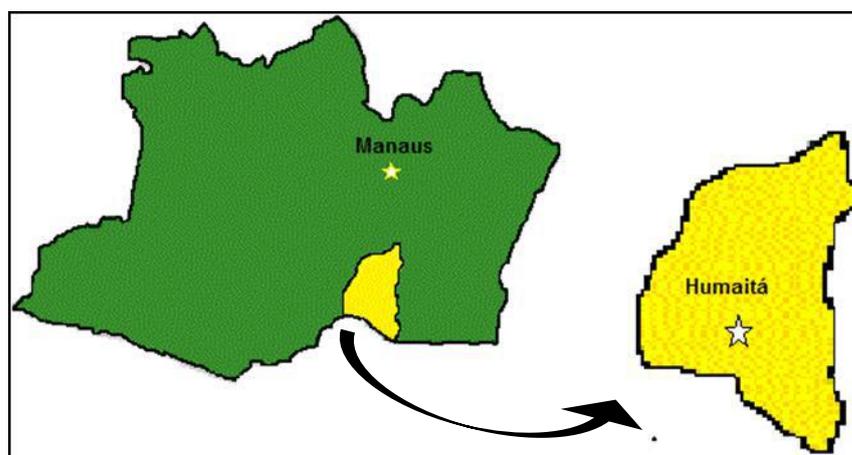


FIGURA 2: localização de Humaitá no Estado do Amazonas.
 Elaboração: Andreson O. Cardoso (2012).

3.2. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O estudo foi baseado na coleta de dados primários e secundários. Os dados secundários foram coletados em fontes bibliográficas e documentais (INCRA, IDAM e Associação). Os dados primários foram coletados por meio de reuniões com as famílias e visitas realizadas no assentamento.

O projeto foi desenvolvido em três etapas.

1ª etapa: Na primeira etapa deste trabalho foi realizada uma reunião participativa com a comunidade, onde inicialmente foi explicado o objetivo do projeto e posteriormente os participantes foram incentivados a identificar em conjunto, estratégias possíveis de comercialização, os pontos fracos e fortes, bem como, as ameaças e oportunidades existentes para o aproveitamento da castanha do Brasil no assentamento.

As informações foram coletadas por meio de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e as ferramentas utilizadas para coletar as informações nesta etapa foram: construção de mapas para identificação das áreas de uso, diagramas (árvore de problemas), fluxogramas (fluxograma da produção e fluxograma da comercialização) e matriz FOFA (Fraquezas, Oportunidades, Fortalezas, Ameaças). Os dados foram sistematizados e avaliados em caráter descritivo. Os materiais utilizados para coleta das informações foram papel quarenta quilos, pincéis, cartazes, figuras e a realização de dinâmicas para trabalhar a importância da união e organização do grupo.

2ª etapa: Tomando como base as informações levantadas na etapa anterior, realizou-se a elaboração do plano de negócios. O plano contém, dentre outros aspectos, os produtos potenciais e suas características; estudo de mercado, contemplando principalmente os clientes e concorrentes potenciais, enfatizando-se a capacidade da comunidade em ofertar os produtos e concorrer com outros fornecedores; as estratégias para o desenvolvimento do negócio (desde a coleta até a comercialização), plano de marketing e plano financeiro. A elaboração do plano de negócios e o teste de viabilidade foram analisados com o auxílio do programa Make Money 2.0.

3ª etapa: Na última etapa foi realizada uma palestra sobre “gestão comunitária de negócios”, momento em que os extrativistas foram mobilizados para perceber a importância do manejo da castanha e da gestão de negócios, bem como, para executar o plano de negócio elaborado.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA CASTANHA DO BRASIL

A extração de castanha (*Bertholletia excelsa*) é uma atividade importante para muitas comunidades da Amazônia brasileira, boliviana e peruana. Essa atividade se mantém, mais ou menos fiel ao seu modelo original de extração, iniciado com a descrição botânica da castanha no ano de 1807 (ZUIDEMA, 2000).

A castanha-do-Brasil, da família das Lecythidaceae, também é conhecida como castanha-do-pará e castanha-da-amazônia. É uma árvore emergente de grande tamanho, que pode atingir alturas superiores a 50 metros e diâmetros altura do peito (DAP) maiores que 300 cm (ZUIDEMA e BOOT, 2002; SALOMÃO, 2009). Para Camargo *et al* (1994), uma árvore de castanheira com 225 cm de diâmetro na altura do peito (DAP) tem uma idade estimada em 440 ± 60 anos, o que implica um crescimento médio em DAP de 0,6 cm ano.

Segundo o IBGE (2008), a castanha do Brasil é o segundo produto florestal não madeireiro mais importante em termos comerciais na região Norte do Brasil, perdendo somente para o fruto de açaí (*Euterpe sp*). A castanheira produz sementes comestíveis de apreciável valor no mercado internacional de frutos secos e importante fonte de renda para as comunidades locais. Possui fruto pesado (0,5-2,5 kg), lenhoso e redondo (diâmetro, 11-15 cm). O ouriço ou pixídio alberga uma média de 10-25 sementes que têm forma angular, sendo recobertas por um tegumento lenhoso que protege as amêndoas, (Figura 3) (MORI e PRANCE, 1990).

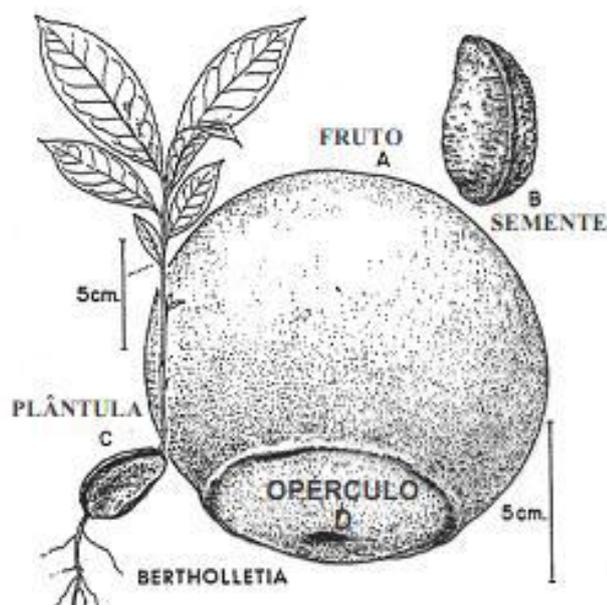


FIGURA 3 – Fruto da castanha do Brasil (A); Amêndoa (B); Plântula (C); opérculo (D). Adaptado de PRANCE e MORI (1978), citado por SIMÕES (2004).

Souza (1984), afirma que castanheiras nativas iniciam a produção aos oito anos e atingem aos doze a máxima produção. Em castanheiras enxertadas (gemas), a produção inicia-se com apenas 3,5 anos e a safra ocorre de janeiro a fevereiro e de abril a maio. Para Scoles (2010), Na região amazônica, o início do período de chuvas marca o começo do desprendimento de frutos que se prolonga por mais de um semestre, com um pico de quedas que varia entre três e quatro meses, como mostra a tabela 01 abaixo:

TABELA 1: Fenologia da Castanha do Brasil na Amazônia Ocidental.

Meses	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Estação	CHUVOSA					SECA						
Flores	●	●							●	●	●	●
Frutos	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Coleta	C	C	C	c							c	C

FONTE: Adaptado de PRANCE e MORI (1978), citado por SIMÕES (2004).



FOTO 1: Cardoso. A. C.
Castanheira (*Bertholletia Excelsa*).



FOTO 2: Nislene Molina e Paula

Tonini (2007) cita que as florestas com castanheiras cobrem uma superfície de aproximadamente 325 milhões de hectares na Amazônia, com a maior parte distribuída entre o Brasil (300 milhões), a Bolívia (10 milhões) e o Peru (2,5 milhões). Após a decadência da borracha, a castanha-do-Brasil passou a constituir o principal produto extrativista de exportação da região, sendo uma importante fonte de renda para milhares de agricultores, seringueiros e povos indígenas que vivem na Amazônia (ZORÓ, 2008).

A castanha-do-Brasil é um dos principais produtos geradores de renda para as famílias que vivem do extrativismo florestal na Amazônia (Santos *et al*, 2001). A amêndoa é o principal produto extrativo não lenhoso da região amazônica e tem sido utilizado como produto na busca da sustentabilidade econômica das Reservas Extrativistas, sendo a principal matéria-prima para as indústrias de beneficiamento, representando em até 70% da economia total das regiões produtoras (WILLIAMS & WILSON, 1999)

A produção de castanha ainda é predominantemente extrativista, estando intimamente ligada à cultura das populações tradicionais da Amazônia, cujos produtos e subprodutos são utilizados como fonte de alimentação e renda das famílias que vivem do extrativismo na Amazônia (SOUZA, 2006). Na Amazônia Brasileira, encontram-se castanheiras principalmente nos estados de Pará, Amazonas e Acre, e nos estados do Amapá, Rondônia, Roraima, Maranhão e Mato Grosso (MÜLLER, 1981).

Atualmente, o Brasil exporta a castanha (com casca e sem casca) para 24 países dentre eles os Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Alemanha. (SOUZA, 2006; MRE-ALICEWEB, 2009). Neste século XXI a castanha segue sendo um importante produto do Estado Amazonas ocupando a vigésima segunda colocação entre os produtos de exportação do Estado (SECEX/MDIC/DEPLA, 2009)

A região Norte como um todo é responsável por 95,9% da produção de castanha, tendo como principal estado coletor nos últimos anos o Amazonas (IBGE, 2009), como mostra na (Tabela 2) abaixo:

TABELA 2: Produção de Castanha do Brasil da Região Norte

Estados	2006 Quantidade (ton.)	2007 Quantidade (ton.)	2008 Quantidade (ton.)	2009 Quantidade (ton.)	2010 Quantidade (ton.)
Acre	10 217	10 378	11 521	10 313	12 362
Amazonas	9.165	8.871	9.111	16.012	16.039
Amapá	917	847	519	390	447
Pará	5.291	7.639	6.203	7.015	8.128
Rondônia	2 652	2 105	1 927	2 107	1 797
Roraima	91	90	102	104	106

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2010.

No Estado do Amazonas, a castanha do Brasil ocupa principalmente as regiões de Maués e os rios Purus, Negro, Solimões e Madeira (Figura 4), onde sua exploração constitui atividade econômica realizada por quase a totalidade das comunidades rurais, indígenas e ribeirinhas (AMAZONAS, 2005). O mapa abaixo demonstra as regiões de produção de castanha no Estado do Amazonas e a renda obtida com esta atividade no Estado e município de Humaitá pode ser observada na (Tabela 3).

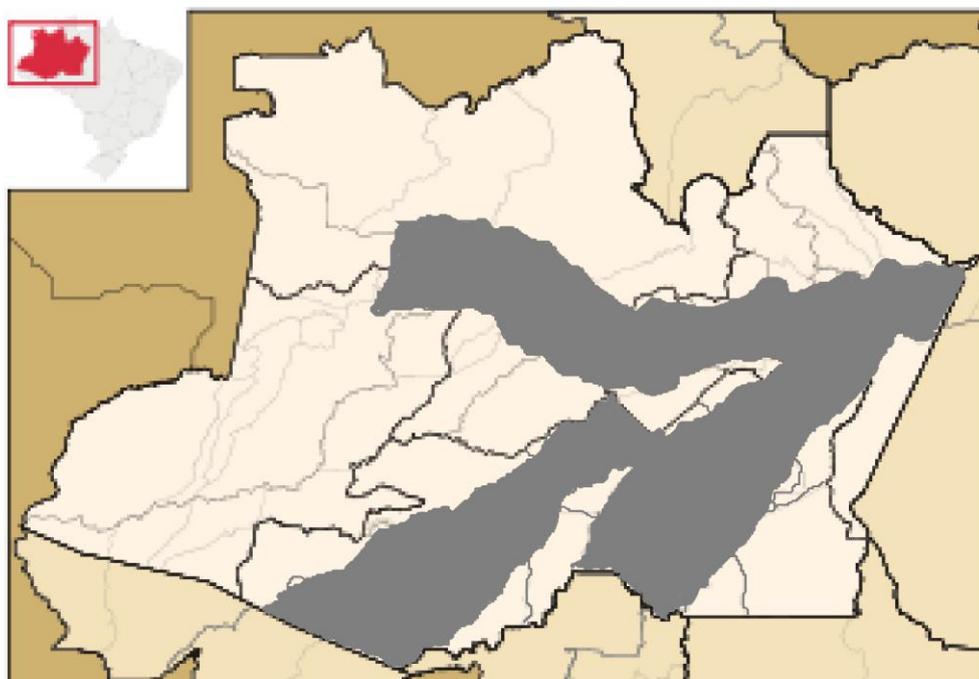


FIGURA 4: Principais áreas de ocorrência de castanhais no Estado do Amazonas

FONTE: Adaptado de PRANCE e MORI, 1978, citado por AMAZONAS (2005)

TABELA 3: Renda obtida com a Produção de Castanha do Brasil (R\$ 1000)

	2006	2007	2008	2009	2010
Amazonas	21 792	21 486	23.502	29.978	26.244
Humaitá	1.857	1.912	2.161	2.185	750

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2010.

4.2. ASSENTAMENTOS RURAIS E EXTRATIVISMO

O Estatuto da Terra (Lei 4504, Art. 1º§ 1º) conceitua reforma agrária como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade”. Tem por objetivo o estabelecimento de um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural, e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (Estatuto da Terra, art. 16).

Para alcançar os objetivos da reforma agrária, o governo brasileiro investiu na implantação de assentamentos rurais no país. O Anexo da Portaria/MDA/ nº 80 de 24 de abril de 2002 define assentamento de reforma agrária como sendo uma “Unidade Territorial obtida pelo programa de reforma agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra”.

A colonização de espaços geográficos não totalmente ocupados foi a principal marca das propostas de reforma agrária no Brasil até o encerramento do período de governo sob o regime militar (CURADO, 2004). Martins (1984) cita que, o período final do governo militar foi marcado pela profunda militarização da questão agrária com o objetivo de equacionar os vários conflitos de terra que se desenvolviam em algumas regiões do país. E com início da transição democrática, surgia outra fase da reforma agrária no Brasil com o direcionamento

do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) às ações de assentamento, e não mais de colonização (MIRAD; 1987).

Bergamasco e Noder (1996) definem assentamento rural como uma nova criação de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Medeiros e Leite (1999) explicam que os assentamentos rurais são entendidos, “como a ocupação e uso de terras para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob a forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de uso e propriedade comuns, sendo o patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processos de Reforma Agrária” (p. 279). Para Moreira (2006), assentamento de reforma agrária pode ser entendido como um “território de esperança” repleto de contradições, mas também de expectativas, na medida em que ele sinaliza para a construção de uma experiência de organização social nova.

Dos projetos de assentamento e colonização existentes no Brasil (inclusive antes da criação do INCRA), em torno de 35% estão localizados na região denominada Amazônia Legal, representando 85% da área total ocupada pelos assentamentos nacionais (INCRA, 2001). O INCRA atua na Amazônia desde a sua criação, na década de 1970. A partir de então, segundo a base de dados do Departamento de Assentamento do INCRA (julho de 2001) foram implantados cerca de 1.618 projetos de assentamentos na região, que ocupam uma área de mais de 34 milhões de ha, com capacidade para assentar 421.330 famílias, sendo que quase metade dessas famílias foi assentada após 1995 (GUERRA, 2002). O Gráfico 1 e o Quadro 1, demonstra os tipos e números de assentamento criados na região norte entre 1969 a 2006.

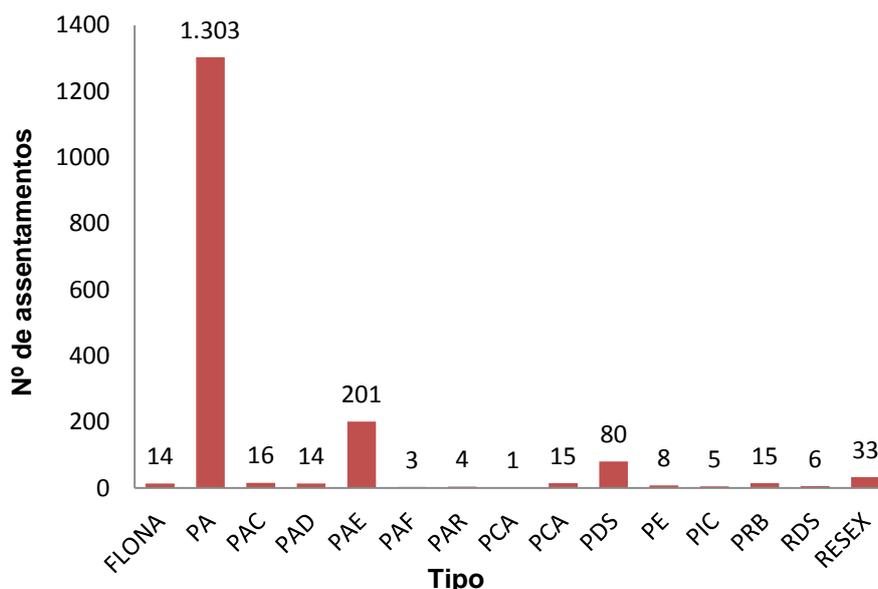


GRÁFICO 1: Número de assentamentos criados na região Norte 1969-2006.

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.

QUADRO 1: MODALIDADE DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS CRIADOS PELO INCRA NA REGIÃO SUL DO ESTRADO DO AMAZONAS ATUALIDADE.			
Nome	Características	Sigla	Legislação
Projeto de Assentamento Federal	<ul style="list-style-type: none"> Consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da Promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. Obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos 	PA	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 30 DE MARÇO (DE 2004, art.3º).

	beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), parcelamento do projeto e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.		
Projeto de Assentamento Agroextrativista	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade de Assentamento destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através das atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundas de comunidades extrativistas. • A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA. 	PAE	Portaria/INCR A/P/Nº 268 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996.

Projeto de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade de projeto criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. • A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de 	PDS	Portaria/INCRA /P Nº 477, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1999.
--	---	-----	--

	<p>recursos de crédito apoio a instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva). 		
<p>Projeto de Assentamento Florestal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade de assentamento, destinada a áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária, prevê ainda à formação de plantios, com espécies nativas em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas. • Forma de assentamento recentemente criada. • A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA. 	<p>PAF</p>	<p>PORTARIA/INCRA/P/ Nº 1.141 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003 e PORTARIA INCRA/P /Nº- 215, DE 6 DE JUNHO DE 2006.</p>

FONTE: Base de Dados de Assentamentos do INCRA 2009.

O projeto de assentamento agroextrativista (PAE) visa regularizar a situação dos povos tradicionais que resistiram à expropriação promovida no contexto da apropriação da terra na configuração territorial da fronteira agropecuária (SILVA, 2005). Soares (2005) afirma que o Projeto de

Assentamento Agroextrativista proporciona menor impacto ambiental, na medida em que potencializa as atividades econômicas tradicionais, comprovadamente sustentáveis, e cria condições favoráveis para o fortalecimento da cultura e tradições locais.

O PAE está presente nos Estados do Acre, Pará, Amapá e Amazonas, cujo público alvo é a população tradicional já existente na região (seringueiros, caboclos, ribeirinhos, Quilombolas e índios). Little (2002) salienta que a utilização do termo populações tradicionais (são populações que vivem no lugar a bastante tempo, possuindo uma relação de dependência do lugar e dos recursos onde vivem em determinada região, independe da raça, cor, cultura e religião), é recente, sendo inicialmente difundido por ambientalistas que se referiam desta maneira às comunidades que residiam nas proximidades das Unidades de Conservação.

Essa modalidade de assentamento PAE, ocorre apenas nos estados amazônicos e explica-se por fatores culturais e regionais, devido ao tipo de atividade produtiva comum na região (GUERRA, 2002). A imensa diversidade ambiental da região amazônica possibilita renda com o extrativismo dos recursos naturais sem o desmatamento da vegetação nativa. O extrativismo vegetal é uma atividade em que o trabalhador se apropria dos bens fornecidos pela vegetação local (podendo esta ser ou não replantada) como a madeira, folhas e frutos, visando, geralmente, a obtenção de renda ou produtos que lhe proporcionem melhores condições de vida (CARVALHO, 2001). Fearnside (2008) vê no extrativismo vegetal uma forma de conservar a floresta tornando-a um empreendimento sustentável e financeiramente atraente “que poderia formar a base de sustentação da população rural na Amazônia”.

Almeida (2004) cita que a população tradicional de castanheiros e seringueiros da Amazônia é estimada em 163 mil, sendo que 33 mil vivem em reservas extrativistas criadas a partir do ano 2000. A função socioambiental que esta população desempenha é central para a manutenção da floresta em pé. O extrativismo pode ser considerado atividade produtiva modelo em ações de desenvolvimento sustentável, pois concilia interesses de conservação e necessidades de desenvolvimento socioeconômico (SIMONI, 2009; ENRIQUEZ,

2008). Homma (1993) corrobora com esta idéia e afirma o extrativismo é uma atividade de grande importância econômica para as comunidades da Amazônia, conciliando geração de renda conservação dos recursos naturais.

Filocreão (2005, p. 270) cita que a economia agroextrativista vem se fortalecendo através da coleta de produtos como castanha, açaí, resinas e do cultivo de mandioca garantindo a sobrevivência da população que vive nas áreas protegidas além de manter a floresta em pé. Entre os produtos extrativos que vêm se destacando nas discussões está à castanha-do-Brasil, pela sua importância na economia das populações extrativistas do Estado (SIMÕES, 2004).

4.3. PLANO DE NEGÓCIO E SUSTENTABILIDADE

Para alcançar um bom desenvolvimento como empreendedor de um negócio deve-se ter cuidado ao disponibilizar o produto no mercado. “É importante analisar o mercado, a percepção das oportunidades de negócios e a criação de uma nova empresa em torno do objetivo de capitalizar sobre a oportunidade, desenvolvendo um bom plano de negócios” (Dornelas, 1995).

O Plano de Negócios é uma ferramenta para realizar projeções de um empreendimento visando alcançar realidades futuras. A elaboração de um Plano de Negócios é condicionada a uma série de fatores sociais, seja no ambiente tecnológico, econômico, financeiro, social e cultural que o envolve (Salles 2001). Clemente (2004) vê o plano de negócios como um instrumento importante para a comunicação da viabilidade do negócio, sendo fundamental para o momento da negociação. Pode ser também usado para estabelecer alianças com futuros parceiros, conseguir financiamentos e crédito junto a bancos, e captar investimentos. É válido ressaltar que o plano de negócio é uma ferramenta eficiente somente quando oriunda de um planejamento adequado.

Salles (2001) diz que para o desenvolvimento de um Plano de Negócios bem elaborado deve-se contar com uma visão estratégica previamente elaborada, que abarque toda a situação do empreendimento e do ambiente tecnológico, econômico, financeiro, social e cultural que envolve. Portanto, é recomendável

que se tomem antes de sua elaboração propriamente dita, as ameaças e oportunidades do ambiente e as forças e fraquezas do empreendimento.

O plano de negócios é pouco utilizado para verificação da viabilidade de negócios socioambientais, principalmente àqueles desenvolvidos por comunidades rurais. Na busca por melhores condições de vida a partir do uso dos recursos da floresta, a elaboração de um plano de negocio com a participação da comunidade poderia fortalecer a organização social e promover a elaboração de estratégias que aliem o aumento da renda com a e conservação do meio ambiente.

Segundo o IIEB (2005), o desenvolvimento de negócios socioambientais exige um novo paradigma na noção de desenvolvimento sustentável que ganhou força na argumentação de diversos setores ou segmentos sociais, ao passo que se reconhece a relação indissociável entre os aspectos sociais e ambientais que determinam as formas de apropriação e uso dos recursos por parte da sociedade. Com o amadurecimento da visão socioambiental, amplia-se a percepção de políticas para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, que devem levar em consideração as demandas e os contextos socioculturais das populações locais em sua diversidade, conciliando as atividades produtivas necessárias para a sobrevivência dos grupos sociais, com garantia de manutenção dos recursos naturais.

Del Pettre (2007) cita que para construir um modelo de desenvolvimento sustentável é fundamental inserir “rodas de negociação” (ecológico, econômico, social e etc.), que signifiquem mediação entre os interesses de vários grupos sociais, conciliação dos interesses atuais com os interesses de futuras gerações e sintonia entre os objetivos globais e as condições locais. Neste contexto, o plano de negocio participativo visa contribuir para um maior comprometimento dos comunitários, nas questões éticas e de responsabilidade social, buscando diminuir os impactos causados pelo uso dos recursos da floresta ao meio ambiente.

De acordo com DEMO (1988, p.67) a prática do Planejamento Participativo pressupõe a participação, que leva ao fenômeno da autopromoção, entendida como uma política social centrada nos próprios interessados que passam a

autogerir ou pelo menos co-gerir a satisfação de suas necessidades. Para Vianna (1986, p.18), o planejamento participativo constitui uma estratégia de trabalho que propõe uma nova forma de ação, cuja força caracteriza-se na interação e participação de muitas pessoas, politicamente agindo em função de necessidades, interesses e objetivos comuns.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho foi realizado de julho de 2011 a agosto de 2012 em três etapas.

1ª etapa:

Na primeira etapa foi realizada a aplicação do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) nos dias 28 e 29 de julho de 2011, na comunidade Muanense com os extrativistas. Inicialmente foi apresentada uma visão geral do tema, abordando sua importância, conceito de produtos florestais não madeireiros, exemplos de sucesso na sua exploração no Amazonas, possibilidades de exploração sustentável, conceito de DRP e as ferramentas que seriam utilizadas.

O DRP foi realizado em uma reunião com os principais representantes do assentamento, líderes e membros da associação (Figuras 5 e 6). Esta metodologia foi escolhida por permitir que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a elaborar seu planejamento e metas de desenvolvimento. Como o Plano de Uso do PAE deve ser feito pelos moradores, esta técnica possibilitou um treinamento de mobilização para elaboração futura deste plano. Os participantes compartilharam suas experiências e puderam analisar seus conhecimentos, melhorando suas habilidades de planejamento e ação. Colaboraram com a construção de mapas para identificação das áreas de uso (Figura 7), construção da árvore de problemas (Figura 8), elaboração dos fluxogramas da produção e comercialização (Figura 9) e construção da matriz FOFA (Fraquezas, Oportunidades, Fortalezas, Ameaças) (Quadro 2).



FIGURAS 5 e 6: Reunião com membros da associação do PAE Botos.

Os dados obtidos foram sistematizados e tabulados, dando origem a um banco de informações sobre o sistema produtivo da castanha do Brasil no PAE Botos. As informações foram relatadas em caráter descritivo, uma vez que este trabalho visa identificar a realidade local.



FIGURA 7: Mapa da área de produção apontada pelos extrativistas do PAE Botos.

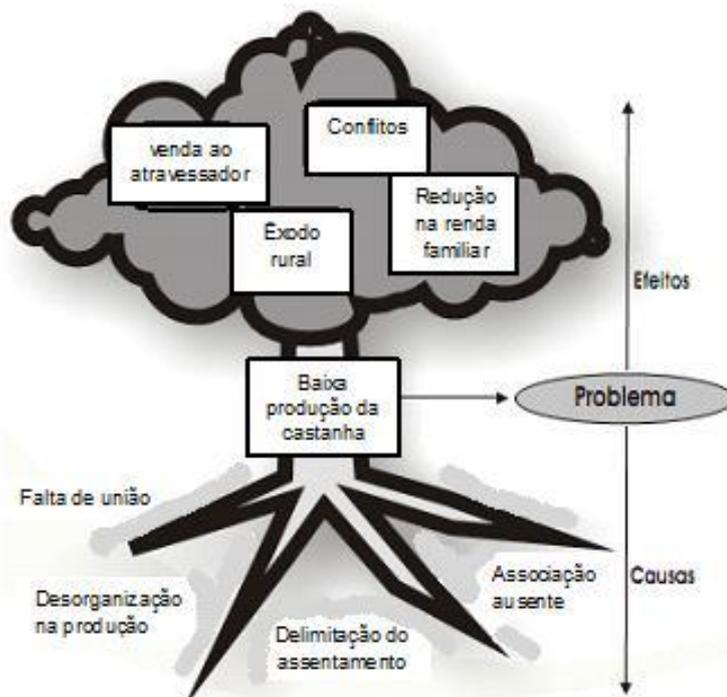


FIGURA 8: Árvore de Problemas elaborada pelos extrativistas do PAE Botos.

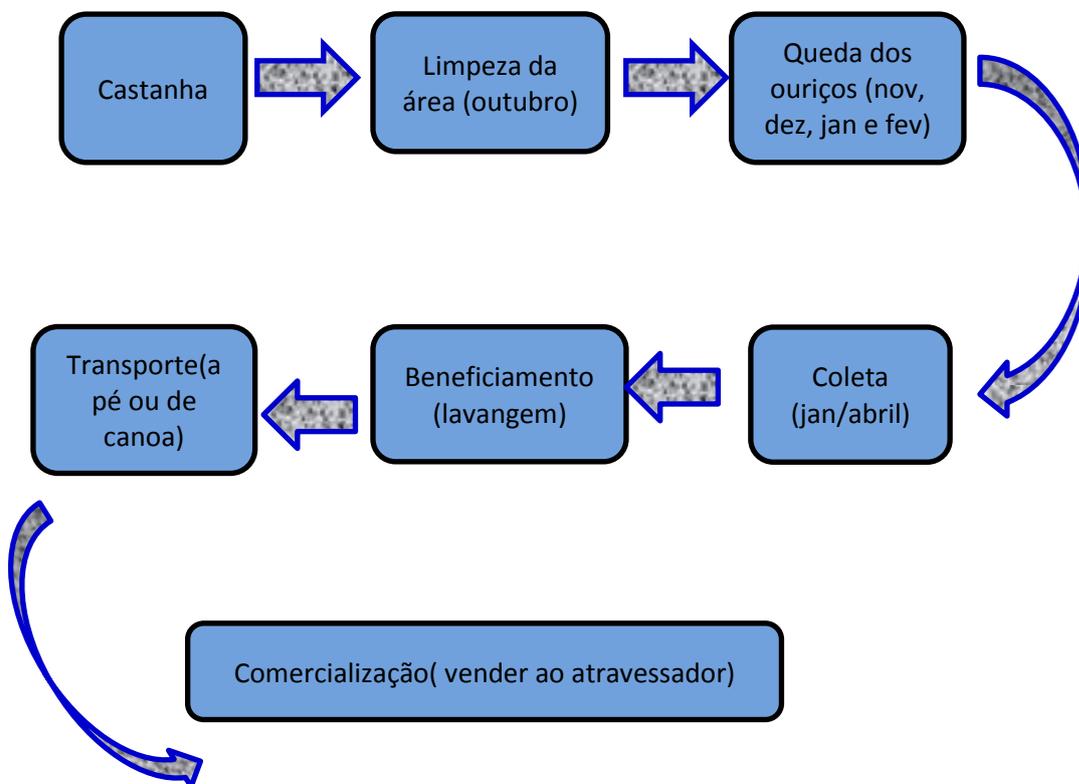


FIGURA 9: Fluxograma da produção da castanha no PAE Botos.

QUADRO 2: Matriz FOFA do negócio da castanha no PAE Botos

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Há grande quantidade de castanhas;• Fácil armazenamento (dura bastante tempo)	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar o número de compradores.• Fortalecer a associação.• Melhorar o problema do escoamento com a compra de um barco.
AMEAÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">• Preço baixo• Falta de local para armazenamento.• Atravessador	<ul style="list-style-type: none">• Conflitos com donos de terras.• Desmatamento.

2ª etapa:

Na segunda etapa, a partir das informações coletadas no DRP foi elaborado o PLANO DE NEGÓCIO.

Plano de Negócios

Associação do PAE Botos

Responsável: Andreson Oliveira Cardoso

Endereço: Av. transamazônica, nº 914

Bairro: São Domingos Sávio

E-mail: noserdna@hotmail.com

Telefone: (97) 8118-7797

(97) 9175-3401

Sumário

1. Resumo Executivo	34
2. Empreendedores	34
3. Produtos e Tecnologias	34
4. Mercado Potencial	38
4.1. Clientes Futuros	39
4.2. Concorrentes.....	40
5. Elementos de Diferenciação	40
6. Projeção de Vendas	41
7. Rentabilidade e Projeções Financeiras	43
8. Necessidades de Financiamento.....	44
9. Planejamento Estratégico	45
10. Associação do PAE Botos	48
10.1. Estrutura Organizacional e Legal.....	48
10.2. Equipe Dirigente	49
11. Plano de Produção	49
12. Plano de Marketing.....	51
12.1. Produtos.....	51
12.2. Preços.....	51
12.3. Distribuição	51
12.4. Promoção e Publicidade	51
12.5. Relacionamento com os Clientes.....	53
13. Projeto	54
13.1. Plano de Implementação	54
14. Cronograma.....	54
15. Plano Financeiro e Análise de Viabilidade	55

1. RESUMO EXECUTIVO

Este plano de negócio apresenta um estudo da comercialização da castanha-do-Brasil por extrativistas do Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos, localizado no município de Humaitá ao Sul do Estado do Amazonas na margem esquerda do Rio Madeira sentido Humaitá/Manaus. O objetivo do plano é sugerir estratégias para ampliação da renda das famílias assentadas a partir da exploração da castanha, aliada à adoção de medidas favoráveis à conservação dos recursos naturais, com atividades estimadas para cinco anos. O plano é inovador por ter sido elaborado de forma participativa, pois as informações foram coletadas em conjunto com os moradores do assentamento que tiveram oportunidade de expressar suas ideias e sugestões.

2. EMPREENDEDORES

Os empreendedores deste negócio são os extrativistas do PAE Botos que compõem o universo de 56 famílias. O assentamento é constituído de três comunidades, sendo 9 famílias na comunidade Pirapitinga, 12 famílias na comunidade Escapole e 35 famílias na comunidade Botos. Sugere-se que a gestão do negócio seja realizada pela Associação de Desenvolvimento dos Trabalhadores Rurais do PAE/Botos, em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS, UFAM/IEAA, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.

3. PRODUTOS E TECNOLOGIA

O produto a ser comercializado é a castanha-do-brasil. Atualmente, a castanha é comercializada no PAE Botos pelos assentados com a venda direta aos atravessadores, pois a falta de recursos financeiros e organização social levam as famílias a depender destes compradores que há anos pagam preços mais baixos aos produtos dos extrativistas, levando as famílias a permanecer em situação de pobreza. A castanha com casca é vendida em sacas de fibra de 40 kg

(4 latas de castanha de 18 litros). No início da safra de 2012 foi pago aos extrativistas o preço de R\$ 20,00 a lata e no final da safra o preço pago foi de R\$ 11,00 na lata (figura 10).



FIGURAS 10 e 11: Embalagens de castanha comercializada no PAE Botos.

Para alcançar um melhor preço do produto medidas simples podem ser incorporadas ao processo produtivo visando à melhoria da qualidade do produto, como por exemplo, a realização de um pré - beneficiamento. Esta etapa não acarretará nenhum ônus imediato aos extrativistas consistindo no processo de seleção, com retirada das amêndoas danificadas e secagem natural em instalações adequadas, como estufas aquecidas pelo sol. Esse processo aumenta a durabilidade das sementes, reduz o risco de contaminação por aflatoxinas, causada pelos fungos *Aspergillus flavus* e *A. parasiticus*, que se desenvolvem na presença de calor e umidade. O consumo de castanha contaminada pode causar doenças hepáticas ao homem e animais. A secagem natural das amêndoas em estufas suspensas e bem ventiladas facilita a secagem evitando contaminação (Figuras 12 e 13).



FIGURAS 12 e 13: Estufas para secagem da castanha.

Outro fator que pode ser modificado imediatamente e com baixo custo é o oferecimento da castanha com casca em embalagens de 40 kg e da castanha beneficiada (sem casca). A produção da castanha beneficiada consiste: na limpeza e seleção das amêndoas, autoclavagem, descascamento, desidratação, seleção, classificação (padronização por tamanho e qualidade) e empacotamento como mostra a (Figura 14).



FIGURA 14: Fluxograma das etapas da produção da castanha sem casca.

O quadro 3, mostra os produtos sugeridos neste plano a serem comercializados no PAE Botos. Sugere-se que o assentamento trabalhe inicialmente na comercialização de castanha com casca e castanha sem casca,

que são as formas mais vendidas nos supermercados e no mercado externo. A castanha com casca pode ser vendida em embalagens de 40 kg (embalagem comercializada atualmente) ao preço de R\$ 160,00 e embalagens de 20 kg ao preço de R\$ 80,00, estimando-se o valor da lata a R\$ 40,00. A venda neste preço proporcionará um aumento imediato da renda bruta dos extrativistas em 100%, uma vez que atualmente a lata é vendida ao preço de R\$ 20,00 em média. A castanha sem casca pode ser comercializada em caixas de 10 kg (com embalagens de 1 kg ou 500g) ao preço de R\$ 180,00.

Pode-se ainda oferecer um terceiro produto que seria a castanha com certificação orgânica. A certificação orgânica é um processo que garante e comprova aos compradores e consumidores, que a castanha não teve nenhum contato com produtos químicos e certifica que os principais princípios de produção orgânica são obedecidos de acordo com a legislação de orgânicos do Brasil. Existem várias empresas certificadoras no Brasil como Instituto de Mercado Ecológico (IMO), Instituto Biodinâmico (IBD) e Organismo de Controle e de Certificação (ECOCERT BRASIL) (Figura 15). A comunidade em contrapartida para receber a certificação orgânica deverá contribuir com a preservação do meio ambiente, destinar o lixo adequadamente (plásticos, garrafas, pilhas entre outros tipos de lixo), não utilizar produtos químicos, promover o adequado armazenamento e transporte dos produtos, não deixar animais circulando nas áreas de coleta e armazenamento da castanha e deixar sempre algumas castanhas na mata para os animais se alimentarem e propagação de novas árvores.

QUADRO 3: Produtos de castanha sugeridos para comercialização no PAE Botos.

Produto (embalagens)	Preço sugerido
Com casca em sacas de 40 kg (4 latas)	R\$ 160,00
Com casca em embalagens de 20 kg (2 latas)	R\$ 80,00
Sem casca em caixas de 10 kg	R\$ 180,00
Castanha orgânica caixa 10 kg	R\$ 240,00



FIGURA 15: Certificadoras de produtos orgânicos.

Pode-se futuramente ampliar a oferta de produtos com o oferecimento do óleo da castanha-do-Brasil. Com o aumento da procura de produtos naturais pelas indústrias de cosméticos, cresce a procura por óleo da castanha do Brasil que vem ganhando espaço como produto de comercialização, para a fabricação de shampoo, creme hidratante capilar e corporal entre outros produtos. Daí surge à possibilidade da extração do óleo como outro subproduto da castanha como geração de renda para as famílias.

4. MERCADO POTENCIAL

A castanha do Brasil é um dos principais produtos de exportação da Amazônia. Apresentou em 2010 um aumento de 7,7% em sua produção, (40.357 toneladas) em relação a 2009, mantendo a tendência de crescimento na produção nos últimos três anos. Tal crescimento de variação se deve à grande procura pelo produto, principalmente por empresas ligadas ao comércio exterior. O valor obtido com a produção de castanha em 2010 foi de R\$ 55,2 milhões (IBGE, 2010). O Estado do Amazonas nos últimos anos de 2009 e 2010 vem sendo o principal produtor de castanha, ganhando a posição de primeiro, seguido do Acre que fica em segundo e o Pará em terceiro.

A produção de castanha no Estado do Amazonas em 2010 foi de 16.039 toneladas, e a região sul do Estado contribuiu através do extrativismo com 26,6% no crescimento da produção. Deste total, o município de Humaitá contribuiu com 3,9%, como mostra a tabela de produção 4, (IBGE, 2010).

TABELA 4: Produção da castanha na Região sul do Estado do Amazonas (ton.)

	2006	2007	2008	2009	2010
Boca do Acre	842	868	902	913	1.200
Pauini	89	92	95	97	90
Canutama	35	36	38	39	105
Lábrea	1.204	1.240	1.277	1.303	1 300
Tapauá	646	30	30	31	50
Apuí	64	66	69	70	15
Borba	16	17	17	18	35
Humaitá	807	831	865	874	625
Manicoré	636	655	674	699	1 125
Novo Aripuanã	1.024	1.054	1.086	762	750

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2010.

4.1. CLIENTES FUTUROS

A castanha produzida no PAE Botos poderá ser vendida para cooperativas de beneficiamento, como a COOPERACRE, localizada no estado do ACRE-AM, RECA localizada em NOVA CALIFÓRNIA-RO, USINA DE BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE BRASILÉIA-AC e a INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA DO BRASIL RR LTDA em Humaitá e supermercados, com possibilidade de ser comercializado nos municípios de Humaitá, Manicoré, Porto Velho e Manaus.

No município de Humaitá existe uma fábrica de beneficiamento de castanha, denominada Usina de Beneficiamento de Castanha do Brasil RR LTDA, cuja demanda é de 80 toneladas durante o período de produção, sendo um potencial cliente para comprar toda produção de castanha pré-beneficiada (com casca). Esta fábrica comercializa o produto para os grandes centros comerciais: SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, inclusive realiza exportação para os Estados Unidos e Europa. Há também 4 (quatro) compradores de castanha que vendem a produção direta para fábricas de beneficiamento fora do município (ACRE, BRASILÉIA, SÃO PAULO e BOLÍVIA), produto este vendido sem nenhum tipo de beneficiamento. A castanha beneficiada (amêndoas) pode também ser comercializada nos supermercados da cidade como ponto de venda,

sendo os maiores os SUPERMERCADOS TCHE, SANDRO e VAREJÃO DOM BOSCO.

A estratégia de comercialização com a venda de castanhas pré-beneficiadas para usinas de beneficiamento proporcionará a garantia de compra do produto. A comercialização das amêndoas seguirá os padrões de qualidade estabelecidos pelo mercado consumidor.

Segundo os moradores do assentamento Botos, a gestão do negócio pode ser realizada pela associação do assentamento denominada Associação de Desenvolvimento dos Trabalhadores Rurais do PAE/Botos.

4.2. CONCORRENTES

Para o negócio da castanha no município de Humaitá, não existem produtores que comercializam a castanha pré-beneficiada (retirada das castanhas danificadas, secas, lavadas e selecionadas), o que confere vantagem deste produto no mercado local como uma inovação. Os concorrentes atuais vendem seus produtos direto para as usinas de beneficiamento de Humaitá e para os Estados do Acre, Rondônia e São Paulo, vendendo até mesmo para fora do país como Bolívia. Na comercialização da castanha sem casca existe um empresário que trabalha com o beneficiamento da castanha, porém a castanha do PAE Botos será mais barato.

5. ELEMENTOS DE DIFERENCIAÇÃO

O grande elemento de diferenciação do negócio proposto é que os extrativistas do PAE Botos disponibilizarão no mercado local, castanhas pré-beneficiadas (secas e selecionadas), o que garante certa qualidade do produto, diferenciando-se dos produtos oferecidos pelos demais extrativistas do município que não realizam este processo.

Além disso, fornecerão amêndoas beneficiadas, em embalagens de 500 gramas e 1 kg vendidas em caixas de 10 kg, o que facilitará a venda direta para o

consumidor, podendo ser vendidas nos supermercados locais direto na prateleira, pronta para o consumo da população, aumentando o valor agregado do produto e conseqüentemente o preço de venda. Outro elemento de diferenciação é a possibilidade de oferecer um produto certificado. O número de produtos certificados vem aumentando, devido à importância dada aos critérios de sustentabilidade, e com isso surge cada vez mais a preocupação de se atender a essa nova “necessidade” do consumidor.

Além disso, a castanha produzida a partir do extrativismo representa um negócio de responsabilidade socioambiental, uma vez que contribui com o aumento da renda das famílias aliado à conservação dos recursos naturais, pois há preocupação em se manter a floresta em pé, já que dela provém a base da matéria prima.

6. PROJEÇÃO DE VENDAS

Estima-se que o Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos tem capacidade para comercializar 3.052 latas de castanha, ou seja, 30.520 kg anualmente, já inclusos todo o processo de seleção e secagem da castanha com perda de 30%. Porém o PAE Botos tem capacidade de produção de 4.360 latas de castanha in natura sem nenhum processo de beneficiamento. Estes valores de produção foram baseados em coletas de informações junto aos extrativistas com aplicação de questionários. A produção ocorre durante 4 meses, entre janeiro e abril. E pode ser considerada uma produção baixa, representando apenas 0,48% do município, considerando-se a tabela 04, porém com a implantação de um plano de manejo estima-se que a produção possa ser aumentada consideravelmente.

A venda da castanha ocorrerá de janeiro a junho de cada ano. Sugere-se que 30% da castanha pré-beneficiada do PAE Botos (9.200 kg) seja destinada à venda do produto na forma de amêndoas (castanha sem casca) prontas para o consumo, em caixas de 10 kg (contendo embalagens de 1 kg e 500g), ou seja, 920 caixas ao valor de R\$ 180,00/caixa que promoverá uma receita bruta anual de R\$ 165.600,00. Além disso, 15% da produção poderá ser comercializada na

forma orgânica, sendo 4.600 kg de castanha sem casca (amêndoas), ou 460 caixas de 10 kg ao preço de R\$ 240,00/caixa, o que promoverá uma receita bruta anual de R\$ 110.400,00.

O restante da produção (16.720 kg) será comercializado como produto pré-beneficiado (com casca) em embalagens de 20 kg (2 latas) ou em sacas de 40 kg (4latas), estimando-se o valor de R\$ 40,00 pago por lata de castanha. A embalagem de 40 kg será vendida então ao preço de R\$160,00 e a de 20kg por R\$ 80,00. Estimando-se que deste total, 10.000 kg seja destinado à venda em sacas de 40 kg e 6.720 kg sejam vendidos em sacas de 20kg, tem-se que haverá a venda de aproximadamente 166 sacas de 40kg e 336 sacas de 20 kg, possibilitando uma renda bruta de aproximadamente R\$ 40.000,00 e R\$ 26.880,00 respectivamente, com receita bruta total de castanha com casca de R\$ 66.880,00.

Desta forma a receita bruta total com a venda será de aproximadamente Perfazendo um total nas vendas de R\$ 342.880,00 na receita anual como mostra na (Tabela 5).

TABELA 5: Projeção de vendas de castanha do Brasil no PAE Botos.

1º ANO				
Produto	Embalagem (kg)	Quantidade (unidade)	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
Cast. pré-beneficiada	60(4 latas)	250 sacas	160,00	40.000,00
Cast. pré-beneficiada	20 (2 latas)	336 sacas	80,00	26.880,00
Castanha beneficiada	10	920 caixas	180,00	165.600,00
Castanha beneficiada Org.	10	460 caixas	240,00	110.400,00
TOTAL				342.880,00
2º ANO				
Produto	Embalagem (kg)	Quantidade (unidade)	Preço Unitário (R\$)	Total
Cast. pré-beneficiada	60(4 latas)	250 sacas	160,00	40.000,00
Cast. pré-beneficiada	20 (2 latas)	336 sacas	80,00	26.880,00
Castanha beneficiada	10	920 caixas	180,00	165.600,00
Castanha beneficiada Org.	10	460 caixas	240,00	110.400,00
TOTAL				342.880,00
3º ANO				
Produto	Embalagem (kg)	Quantidade (unidade)	Preço Unitário (R\$)	Total
Cast. pré-beneficiada	60(4 latas)	250 sacas	160,00	40.000,00
Cast. pré-beneficiada	20 (2 latas)	336 sacas	80,00	26.880,00
Castanha beneficiada	10	920 caixas	180,00	165.600,00
Castanha beneficiada Org.	10	460 caixas	240,00	110.400,00
TOTAL				342.880,00

4º ANO				
Produto	Embalagem (kg)	Quantidade (unidade)	Preço Unitário (R\$)	Total
Cast. pré-beneficiada	60(4 latas)	250 sacas	160,00	40.000,00
Cast. pré-beneficiada	20 (2 latas)	336 sacas	80,00	26.880,00
Castanha beneficiada	10	920 caixas	180,00	165.600,00
Castanha beneficiada Org.	10	460 caixas	240,00	110.400,00
TOTAL				342.880,00
5º ANO				
Produto	Embalagem (kg)	Quantidade (unidade)	Preço Unitário (R\$)	Total
Cast. pré-beneficiada	60(4 latas)	250 sacas	160,00	40.000,00
Cast. pré-beneficiada	20 (2 latas)	336 sacas	80,00	26.880,00
Castanha beneficiada	10	920 caixas	180,00	165.600,00
Castanha beneficiada Org.	10	460 caixas	240,00	110.400,00
TOTAL				342.880,00

7. RENTABILIDADE E PROJEÇÕES FINANCEIRAS

A implantação da usina de beneficiamento de castanha requer um investimento de R\$ 166.016,27 para aplicação em infraestrutura, compra de maquinário e veículo de locomoção, no valor de R\$ 163.890,00, e em capital de giro, estimado em R\$ 2.126,27. Nos cinco anos analisados, foram estimados os custos, despesas e amortização de empréstimo, que variam anualmente de R\$212.289,03 a R\$ 269.882,18. Portanto, a receita prevista será suficiente para o pagamento de todos os compromissos operacionais estimados. Com fluxos de caixa anuais positivos ao longo do período analisado, variando entre R\$72.997,82 a R\$ 130.590,97.

Nesta configuração, a análise de investimento demonstrou que o negócio apresenta viabilidade econômico-financeira. Considerando a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) de 16%, os indicadores de viabilidade obtidos foram:

- Valor Presente Líquido (VPL) = R\$ 170.403,28;
- Taxa Interna de Retorno (TIR) = 60,94%;
- Tempo de Retorno do Investimento (Pay Back) = 2 meses.

As projeções financeiras e a análise de viabilidade encontram-se detalhadas no item 6 ao final desse documento.

Este resultado não é considerado lucro da Associação do PAE Botos, pois o lucro total deve ser reinvestido nas próprias atividades da associação, na forma

de benefícios para os associados. Assim, este resultado poderá proporcionar o aumento no preço médio de compra da castanha *in natura* pago aos extrativistas. E com base nesse resultado, conclui-se que o preço de compra da castanha *in natura* poderia ser aumentado em até 92%. Atualmente, o preço médio pago por cooperativas e regatões é de R\$ 1,50/kg. Com a agregação de valor proporcionada pelo processo de pré-beneficiamento, beneficiamento e o trabalho com a castanha orgânica o preço médio da castanha *in natura* pode ser estabelecido em até R\$ 2,89/kg. Esse preço máximo não inviabiliza o negócio, representando o seu ponto de equilíbrio.

8. NECESSIDADES DE FINANCIAMENTOS

Para os investimentos em infraestrutura e capital de giro há necessidade da obtenção de financiamento. A associação do PAE Botos não possui recursos próprios para o investimento inicial do negócio. Por ser área de assentamento foi realizada pesquisa das linhas de crédito voltadas para assentados da reforma agrária. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, conhecido como PRONAF, é uma das principais políticas públicas do Governo Federal que apoia financeiramente projetos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar. Uma das principais vantagens do Programa é oferecer as mais baixas taxas de juros de financiamentos rurais, variando de 0,5% a 4,5% ao ano (SEBRAE 2011).

A execução do PRONAF é feita de forma descentralizada e conta com a parceria das organizações dos agricultores familiares, dos governos estaduais e municipais, das organizações governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural, das cooperativas de crédito e de produção, dos agentes financeiros, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e outros. O objetivo do PRONAF é o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade. Uma das principais vantagens do Programa é oferecer as mais baixas taxas de juros de financiamentos rurais, variando de 0,5% a 4,5% ao ano (SEBRAE 2011).

O PRONAF trabalha com investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural, incluindo-se a implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede (SEBRAE 2011).

O Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos se enquadra no grupo A do PRONAF que beneficia agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Os extrativistas poderão ter acesso à linha de crédito especial do PRONAF Agroindústria onde se enquadram agricultores familiares, cooperativas e associações. Para participar, as organizações devem comprovar que no mínimo 70% de seus participantes ativos são agricultores familiares e que, no mínimo, 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada, oriunda de cooperados ou associações, documentação em dias de todos os seus associados. A linha de crédito PRONAF A, tem finalidade de financiamento de projetos de investimento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias. O limite de crédito individual e de até 50 mil reais e coletivo é de até 10 milhões de reais, com juros de 2% ao ano e prazo de amortização que vai até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.

9. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para elaboração do planejamento estratégico, foram coletadas informações em reunião participativa com os moradores do PAE Botos para definir a matriz FOFA do negócio, ou seja, as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças do negócio da castanha, apresentadas no quadro 01. As fortalezas e as fraquezas representam fatores do ambiente interno do negócio inerentes aos extrativistas ou às condições naturais. As oportunidade e ameaças referem-se a fatores externos ao negócio que podem melhorar ou prejudicar seu desempenho, como por exemplo, as políticas governamentais.

As estratégias para minimizar os efeitos das fraquezas e das ameaças obtidas na matriz FOFA, também foram identificadas pelos extrativistas como se mostra no (Quadro 5).

QUADRO 5: Estratégias para minimizar os efeitos das fraquezas e das ameaças do negócio identificadas pelos comunitários na matriz FOFA.

Fraquezas	Estratégias
Conflitos com donos de terras	Pode-se resolver o problema com a divulgação da delimitação do perímetro do assentamento e apoio do INCRA para intensificar a fiscalização.
Desmatamento	Curso de boas práticas de manejo da castanha, construção de viveiro, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas com o plantio de castanheiras.
Ameaças	
Preço baixo	Agregar valor a castanha por meio de pré-beneficiamento, beneficiamento e selo orgânico.
Falta de local para armazenamento	Construção de galpão para uso coletivo dos extrativistas.
Atravessador	Compra de um barco para escoamento da produção, e contrato direto entre a associação e fábricas de beneficiamento e supermercados da cidade de Humaitá.

A estratégia de venda sugerida neste plano é que a associação seja intermediadora da venda, ou seja, estabeleça os canais de comercialização. A associação poderá comprar a produção dos extrativistas pagando o preço de R\$ 17,00 a lata, garantindo a venda da produção e ampliando a renda durante todo o período de safra, pois atualmente a castanha é vendida por R\$ 20,00 no início da safra e R\$ 11,00 no final da safra.

Para o recebimento, armazenagem e beneficiamento da castanha a associação poderá construir um galpão de 250 m² a ser usado coletivamente. O galpão será composto de um escritório, área de beneficiamento e área de armazenamento, como mostra na (Figura 16). Para secagem da castanha serão construídas estufas de madeira, cobertas com plástico polietileno transparente, no tamanho de 8m x 12m, suspensas do chão, de forma que fiquem totalmente expostas ao sol.

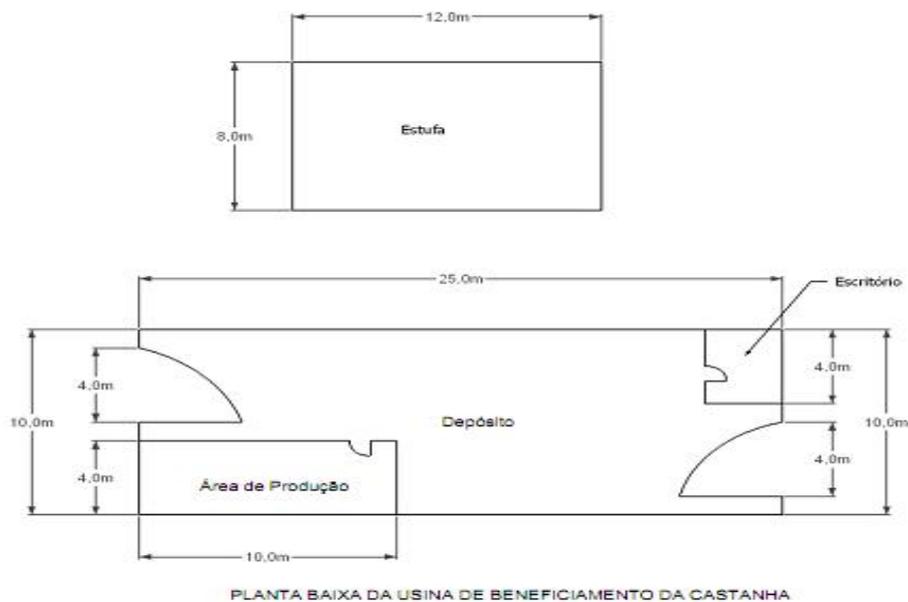


FIGURA 16: Planta baixa da usina de castanha para comercialização.

A associação do PAE Botos atualmente encontra-se enfraquecida, pois não há uma participação efetiva dos associados. Porém, o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e agroecologia (NUPEAS), do Instituto de Educação Agricultura e Ambiente (IEAA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vem realizando um trabalho de fortalecimento da associação desde 2011. Com a melhoria da organização social do assentamento, a associação pode se responsabilizar em estabelecer parcerias com empresas de beneficiamento, supermercados e comerciantes do setor de alimentação, em busca de novas fontes de comercialização e investimentos para aumentar a venda de seus produtos.

Outra atividade que poderia ser organizada pela associação é a realização de cursos de qualificação aos extrativistas, para melhorar o processo de produção através de práticas de manejo, coleta, seleção e beneficiamento por meio de oficinas realizadas por instituições parceiras, como Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, prefeitura municipal, instituto pacto amazônico – IPA e instituto internacional de educação do Brasil – IIEB.

A associação poderia ainda buscar novos investimentos em parceria com as instituições governamentais e não governamentais, em linhas de créditos que

se enquadrem no perfil do negócio, objetivando a elaboração de novos produtos e ampliação da produção. Além disso, poderá juntamente com os órgãos parceiros elaborar o plano de manejo para produção de castanha no assentamento visando à manutenção do recurso.

10. ASSOCIAÇÃO DO PAE BOTOS

A criação da associação do PAE Botos iniciou com o protocolo do pedido no cartório do 2º ofício de Humaitá em 23 de janeiro de 2006, quando foi denominada Associação de Desenvolvimento dos Trabalhadores Rurais do PAE Botos. A associação tem como missão “favorecer o desenvolvimento sustentável do assentamento e o gerenciamento participativo das atividades produtivas e socioambientais, gerando renda e melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas”.

10.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LEGAL

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a associação do PAE Botos pode intermediar a comercialização da castanha, para eliminar a figura do atravessador que tanto incomoda os extrativistas por não pagarem um preço justo. Atualmente a diretoria é composta pelo presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Para melhorar a estrutura organizacional e visando o atendimento da comercialização da castanha, serão contratados um técnico de produção, que terá como função o gerenciamento de todo processo de produção e dois operadores, responsáveis pelo manuseio da castanha nas estufas e no setor de beneficiamento. A estrutura organizacional da associação sugerida pode ser observada na (Figura 17).

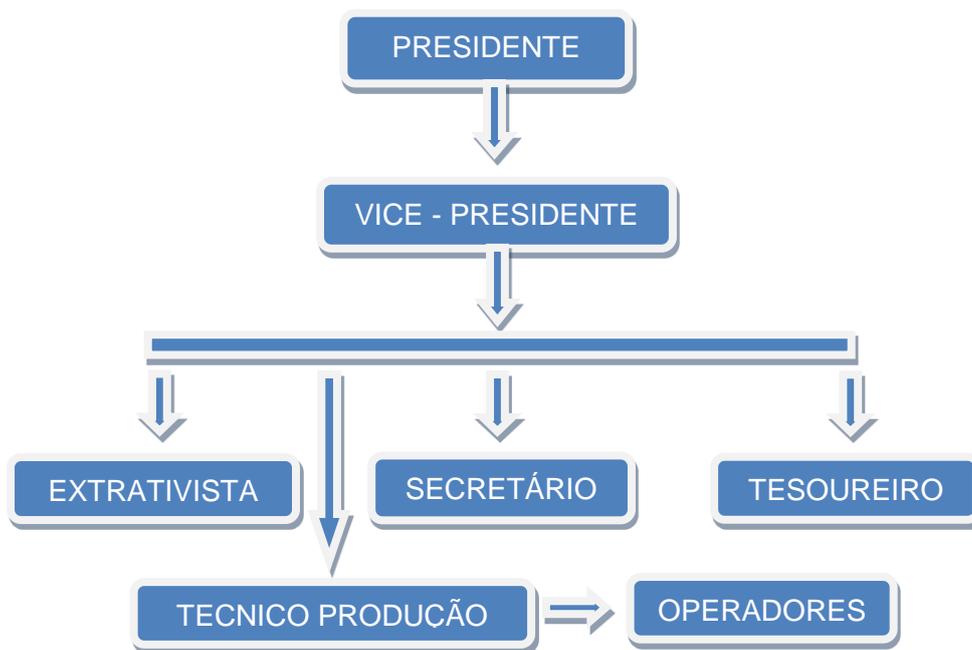


FIGURA 17: Organograma sugerido para Associação de Desenvolvimento dos Trabalhadores Rurais do PAE/Botos a partir da implantação deste negócio.

10.2. EQUIPE DIRIGENTE

A diretoria da associação terá como base para tomadas de decisões as ideias dos associados por meio de assembleias, para que estes venham a participar das decisões em conjunto com a diretoria. A associação que representa os extrativistas tem sua diretoria formada na seguinte ordem: Pedro Onofre F. Mota (Presidente); Cleomar Lobato da Cruz (Vice Presidente); Rosineide Lopes dos Santos (Secretária); Luiz Carlos Ferreira Costa (Tesoouero).

11. PLANO DE PRODUÇÃO

A capacidade de produção do PAE Botos é de 43.600 kg de castanha *in natura* anualmente ou 4.360 latas, como mostra o (Quadro 6). A safra da castanha em Humaitá é de dezembro a março, porém, as famílias coletam de janeiro a abril, ou seja, 4 meses de produção, devido aos riscos de acidente pela queda dos ouriços entre novembro e dezembro. Assim a produção aproximada das famílias é de 4.360 latas de castanha no período de coleta. Conforme a

infraestrutura planejada a usina de beneficiamento terá capacidade para receber 10.900 kg de castanhas mensalmente para secagem, seleção, beneficiamento e comercialização. Com o processo de seleção e secagem haverá uma perda de 30% na produção com o descarte das castanhas inapropriadas para o beneficiamento e consumo humano.

QUADRO 6: Plano de produção da castanha do PAE Botos para 5 anos.

Período	Produção das famílias extrativistas (kg)	Perda c/ seleção e secagem	Quantidade produzida (kg)	Qtd. Castanha Pré-beneficiada (kg)	Qtd. Castanha beneficiada (kg)	Qtd. Castanha orgânica (kg)
Ano I	43.600	30%	30.520	16.720	9.200	4.600
Ano II	43.600	30%	30.520	16.720	9.200	4.600
Ano III	43.600	30%	30.520	16.720	9.200	4.600
Ano IV	43.600	30%	30.520	16.720	9.200	4.600
Ano V	43.600	30%	30.520	16.720	9.200	4.600

Para manter a produção, cada família extrativista do total de 56 famílias aproximadamente existente no PAE Botos, terá que coletar em média 195 latas de castanha por mês. A produção da castanha pré-beneficiada (com casca) seguirá as etapas de secagem, seleção, embalagem, armazenamento e comercialização. Para produzir a castanha sem casca o processo é limpeza, seleção, autoclavagem, descascamento, estufa/secagem, seleção, classificação, embalagem, armazenamento e comercialização, como mostra o fluxograma abaixo na (Figura 18).

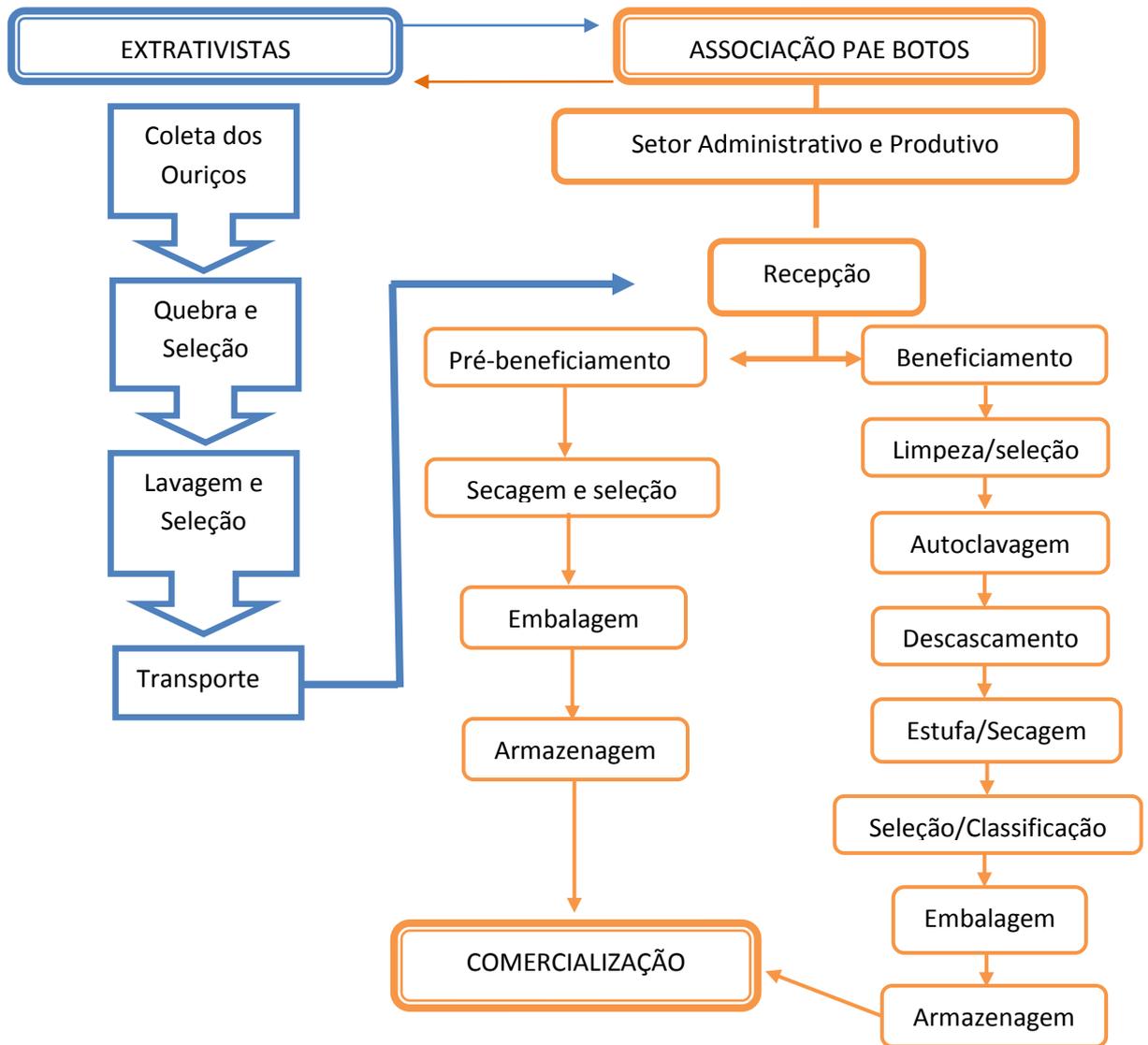


FIGURA 18: Fluxograma da atividade de produção

O transporte da castanha até a sede da associação será realizada pelos extrativistas. O processo de pré-beneficiamento e beneficiamento será feito pelos funcionários contratados, e o setor administrativo da associação ficará com a responsabilidade de comercializar a castanha.

12. PLANO DE MARKETING

12.1. PRODUTO

O produto beneficiado pela associação apresentará as características de qualidade e durabilidade, que conferem maior aproveitamento para as empresas de beneficiamento e mercado consumidor, além da possibilidade de se tornar um produto com certificação orgânica, que hoje para a comercialização tanto nacional como internacional vem apresentado demanda pelo consumidor, por ser um produto que segue as normas de preservação e conservação dos recursos naturais.

12.2. PREÇOS

Através de pesquisas de mercado realizadas, o preço para a comercialização da castanha pré-beneficiada poderá ser de R\$ 40,00 e a venda das amêndoas em caixas de 10 kg (com embalagens de 1 kg e 500g), poderá ter o preço de R\$ 180,00. A castanha orgânica será vendida em caixas de 10 kg (com embalagens de 1 kg e 500g) ao preço de R\$ 240,00 a caixa. A venda da produção será feita com pagamento à vista.

12.3. DISTRIBUIÇÃO

A associação do PAE Botos será responsável por toda parte de comercialização e distribuição do produto, fazendo a entrega das vendas aos clientes diretamente nos estabelecimentos comerciais e nas indústrias de beneficiamento. O transporte da produção à clientela será feito de barco até o porto da cidade de Humaitá, sendo contratados carros de frete quando necessário.

12.4. PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

A entrada do produto no contexto da comercialização iniciará através de visitas técnicas em usinas e cooperativas de beneficiamento, que trabalham com castanhas pré-beneficiadas como matéria prima, para apresentação do produto e estabelecimento de parcerias. Em supermercados, serão oferecidas as amêndoas com embalagens de 1 kg e 0,5 kg, em caixas de 10kg através dos consultores de venda da associação (Figuras 19, 20, 21, 22, 23 e 24). Outra forma de trabalho a ser realizado na divulgação dos produtos e através da comunicação de panfletagem, áudio nas rádios da cidade e exposição em feiras de agricultores rurais realizadas em Humaitá e nos municípios vizinhos.



FIGURAS 19, 20, 21: produtos a serem comercializados pela Associação do PAE Botos.



FIGURAS 22, 23 e 24: produtos a serem comercializados pela Associação do PAE Botos.

12.5. RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

O relacionamento será baseado no diálogo e oferecimento de produto de qualidade, sendo estes os principais caminhos para sustentar essa relação. A parceria entre cliente e fornecedor é fundamental para obtenção do sucesso, o objetivo é criar maior empatia do consumidor com o produto de forma integrada e interativa, estabelecendo-se um relacionamento de confiança através de facilidade e maior frequência de contato.

13. O PROJETO

13.1. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

O plano de negócio para implementação da comercialização da castanha em Humaitá deverá iniciar a partir de um curso aos extrativistas de “Boas práticas de manejo e formas de comercialização da castanha” e à diretoria da associação sobre “gestão de negócios”. Ao mesmo tempo, será encaminhado aos agentes financiadores à solicitação de financiamento e tão logo este seja liberado, as etapas de construção da infraestrutura (escritório e galpão) serão iniciadas. Neste período será também realizado contato com os clientes para estabelecimento de contratos de compra.

14. CRONOGRAMA

Conforme o plano de implementação, as atividades necessárias para o início da produção estão organizadas no cronograma abaixo:

Atividades	Responsável	Data de Início	Data do Término
Curso de capacitação aos extrativistas e diretoria da Associação.	Associação do PAE botos.	Jun./2013	Jul./2013
Captação de recursos.	Associação do PAE botos.	Jun./2013	Jul./2012
Obras civis e aquisição de equipamentos e materiais.	Associação do PAE botos.	Ago./2013	Nov./2013
Elaboração do plano de manejo da coleta de castanha	Associação do PAE botos e extrativistas.	Nov./2013	Dez/2013
Planejamento administrativo, financeiro e comercial.	Associação do PAE botos.	Nov./2013	Dez/2013
Início das operações.	Associação do PAE botos e extrativistas.	Jan/2014	-

15. PLANO FINANCEIRO E ANÁLISE DE VIABILIDADE

Para a elaboração do plano financeiro e da análise de viabilidade utilizou-se o software MAKEMONEY 2.0. Este software é uma ferramenta voltada para análises de negócios empresariais, portanto, com nomenclaturas específicas do setor privado. Apesar de não adequadas para associações sem fins lucrativos, foi considerada apenas sua lógica de análise, abstraindo os conceitos específicos do setor privado.

Foram identificados os aportes necessários em investimentos, os gastos, receitas e estimado o capital de giro, com base nos prazos médios de pagamento e recebimento. Os preços adotados referem-se a 2012, em valores reais, portanto, não incorporam o efeito da inflação. Além disso, não são considerados crescimentos reais. Todas as vendas e pagamentos foram considerados à vista. Os levantamentos fundamentaram-se em pesquisas de preços e entrevistas semiestruturadas com produtores de castanhas no Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos. A análise de viabilidade também não considera valores residuais dos investimentos, dando caráter mais conservador à análise.

Assumiu-se a alíquota de 16% sobre o faturamento como estimativa total dos impostos a recolher sobre ativos. Por não possuir o lucro como finalidade do negócio, as sobras deverão ser reinvestidas na associação e será utilizado um preço acima de mercado para a compra da castanha *in natura* dos extrativistas no PAE Botos, portanto, não foram considerados impostos sobre renda. Os encargos sociais foram considerados em 40% sobre o salário bruto, abrangendo INSS, FGTS, PIS, 13º salário, férias e provisões. Como previsto no plano de implementação, faz-se necessário um estudo complementar sobre os tributos específicos para esse tipo de negócio.

O plano financeiro e de análise de viabilidade é composto por 15 (quinze) tabelas, apresentadas a seguir, na seguinte ordem:

- 1- Tabela de **Investimentos**
- 2- Detalhamento na tabela **Investimentos, Depreciação e Seguros;**
- 3- Tabela sintética das **Despesas**
- 4- Tabela **analítica** sobre **Mão-de-obra e Dividendos**
- 5- **Compras e Insumos;**
- 6- Tabela de **Receitas;**
- 7- Tabela de **Impostos e Taxas;**
- 8- Tabela de **Empréstimos;**
- 9- **Amortização de Empréstimos;**
- 10-Tabela de **Fontes e Usos;**
- 11-Tabela do **Fluxo de Caixa;**
- 12- Síntese da **Projeção dos Resultados;**
- 13-Tabela do **Balanço Patrimonial;**
- 14-Tabela de **Análise de Investimento;**
- 15-**Ponto de Equilíbrio.**

Investimentos

Obras Cívicas					
Data	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total	
1 1/8/2013	Galpão 25x10m	01	\$ 70.000,00	\$	70.000,00
2 1/8/2013	Secador solar 12x8m	03	\$ 2.500,00	\$	7.500,00
	TOTAL			\$	77.500,00

Equipamentos					
Data	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total	
1 15/8/2013	Computador	01	\$ 1.600,00	\$	1.600,00
2 15/8/2013	Balança de chão	01	\$ 650,00	\$	650,00
3 15/8/2013	Alavanca para quebra castanha	10	\$ 35,00	\$	350,00
4 15/8/2013	Balança de mesa	01	\$ 450,00	\$	450,00
5 15/8/2013	Mesa inox para classificação das amendoas	01	\$ 1.800,00	\$	1.800,00
6 15/8/2013	Termometro para medir umidade	01	\$ 900,00	\$	900,00
	TOTAL			\$	5.750,00

Máquinas					
Data	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total	
1 1/8/2013	Autoclave (capacidade 100kg)	01	\$ 5.600,00	\$	5.600,00
2 1/8/2013	Seladora a vácuo	01	\$ 3.200,00	\$	3.200,00
3 1/8/2013	Estufa	01	\$ 4.800,00	\$	4.800,00
4 1/8/2013	Caldeira (produção de vapor)	01	\$ 3.500,00	\$	3.500,00
	TOTAL			\$	17.100,00

Móveis e Utensílios					
Data	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total	
1 1/8/2013	Mesa para escritório	01	\$ 280,00	\$	280,00
2 1/8/2013	Cadeiras	03	\$ 90,00	\$	270,00
3 1/8/2013	Poltrona para visitas (três lugares)	01	\$ 190,00	\$	190,00
4 1/8/2013	Celular	01	\$ 150,00	\$	150,00
5 1/8/2013	Armário para escritório	01	\$ 550,00	\$	550,00
6 1/8/2013	Filtro de água	01	\$ 700,00	\$	700,00
7 1/8/2013	Bancada para quebra da castanha (10x0,80m)	01	\$ 1.400,00	\$	1.400,00
	TOTAL			\$	3.540,00

Veículos					
Data	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total	
1 1/8/2013	Barco 15m (capacidade 12ton.)	01	\$ 60.000,00	\$	60.000,00
	TOTAL			\$	60.000,00

Projeção da Necessidade de Capital de Giro

TOTAL DOS INVESTIMENTOS \$ **166.016,27**

Investimentos, Depreciação e Seguros

Descrição		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
1 Investimentos	até dez/2013	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 163.890,00
1.01 Obras Civis	\$ 77.500,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 77.500,00
1.02 Instalações	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.03 Equipamentos	\$ 5.750,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 5.750,00
1.04 Máquinas	\$ 17.100,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 17.100,00
1.05 Móveis e Utensílios	\$ 3.540,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 3.540,00
1.06 Veículos	\$ 60.000,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 60.000,00
1.07 Compras (Estoque Mínimo)	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.08 Software	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.09 Outros	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.10 Despesas Pré-Operacionais	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2 Depreciação	Taxa Anual	\$ 18.314,00	\$ 18.314,00	\$ 18.314,00	\$ 18.314,00	\$ 18.314,00	\$ 91.570,00
2.1 Obras Civis	4,00%	\$ 3.100,00	\$ 3.100,00	\$ 3.100,00	\$ 3.100,00	\$ 3.100,00	\$ 15.500,00
2.2 Instalações	10,00%	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2.3 Equipamentos	20,00%	\$ 1.150,00	\$ 1.150,00	\$ 1.150,00	\$ 1.150,00	\$ 1.150,00	\$ 5.750,00
2.4 Máquinas	10,00%	\$ 1.710,00	\$ 1.710,00	\$ 1.710,00	\$ 1.710,00	\$ 1.710,00	\$ 8.550,00
2.5 Móveis e Utensílios	10,00%	\$ 354,00	\$ 354,00	\$ 354,00	\$ 354,00	\$ 354,00	\$ 1.770,00
2.6 Veículos	20,00%	\$ 12.000,00	\$ 12.000,00	\$ 12.000,00	\$ 12.000,00	\$ 12.000,00	\$ 60.000,00
2.7 Software	25,00%	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
3 Seguros		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
3.1 Incêndio		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
3.2 Roubo		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
3.3 Outros		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
TOTAL		\$ 18.314,00	\$ 255.460,00				

Despesas

Descrição	Crédito	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
A Despesas de Produção	.	\$ 85.322,65	\$ 86.722,65	\$ 86.722,65	\$ 86.722,65	\$ 86.722,65	\$ 432.213,26
A1 Pessoal da Produção e Encargos		\$ 8.960,00	\$ 10.360,00	\$ 10.360,00	\$ 10.360,00	\$ 10.360,00	\$ 50.400,00
A2 Insumos		\$ 74.217,65	\$ 74.217,65	\$ 74.217,65	\$ 74.217,65	\$ 74.217,65	\$ 371.088,26
A3 Fretes		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
A4 Embalagens		\$ 2.145,00	\$ 2.145,00	\$ 2.145,00	\$ 2.145,00	\$ 2.145,00	\$ 10.725,00
B Despesas Administrativas		\$ 93.814,00	\$ 95.214,00	\$ 95.214,00	\$ 95.214,00	\$ 95.214,00	\$ 474.670,00
B1 Água, Luz e Telefone	0,00%	\$ 2.400,00	\$ 2.400,00	\$ 2.400,00	\$ 2.400,00	\$ 2.400,00	\$ 12.000,00
B2 Aluguéis, Condomínios e IPTU	0,00%	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
B3 Marketing & Publicidade	0,00%	\$ 1.500,00	\$ 1.500,00	\$ 1.500,00	\$ 1.500,00	\$ 1.500,00	\$ 7.500,00
B4 Internet	0,00%	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
B5 Material de Escritório	0,00%	\$ 800,00	\$ 800,00	\$ 800,00	\$ 800,00	\$ 800,00	\$ 4.000,00
B6 Treinamentos e Viagens	0,00%	\$ 1.900,00	\$ 1.900,00	\$ 1.900,00	\$ 1.900,00	\$ 1.900,00	\$ 9.500,00
B7 Manutenção & Conservação	0,00%	\$ 8.000,00	\$ 8.000,00	\$ 8.000,00	\$ 8.000,00	\$ 8.000,00	\$ 40.000,00
B8 Depreciação	.	\$ 18.314,00	\$ 18.314,00	\$ 18.314,00	\$ 18.314,00	\$ 18.314,00	\$ 91.570,00
B9 Seguros	0,00%	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
B10 Pessoal da Administração & Terciarização e Encargos	.	\$ 60.900,00	\$ 62.300,00	\$ 62.300,00	\$ 62.300,00	\$ 62.300,00	\$ 310.100,00
DESPESAS TOTAIS		\$ 179.136,65	\$ 181.936,65	\$ 181.936,65	\$ 181.936,65	\$ 181.936,65	\$ 906.883,26

Mão de Obra & Dividendos

Descrição	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
A TOTAL PESSOAL DA PRODUÇÃO	\$ 8.960,00	\$ 10.360,00	\$ 10.360,00	\$ 10.360,00	\$ 10.360,00	\$ 50.400,00
A1 DESCRIÇÃO PESSOAL DA PRODUÇÃO	\$ 6.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 36.000,00
A1.1 Operadores de produção (4 meses/ano)	\$ 6.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 36.000,00
A2 Encargos Sociais - Pessoal da Produção 40,00%	\$ 2.560,00	\$ 2.960,00	\$ 2.960,00	\$ 2.960,00	\$ 2.960,00	\$ 14.400,00
B TOTAL PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO & TERCEIRIZAÇÃO	\$ 60.900,00	\$ 62.300,00	\$ 62.300,00	\$ 62.300,00	\$ 62.300,00	\$ 310.100,00
B1 DESCRIÇÃO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO	\$ 11.100,00	\$ 11.100,00	\$ 11.100,00	\$ 11.100,00	\$ 11.100,00	\$ 55.500,00
<small>% Cargo sobre Total de Base de Administração</small>	19,22%	17,22%	17,22%	17,22%	17,22%	17,22%
B1.1 Auxiliar de escritório (6 meses/ano)	\$ 3.900,00	\$ 3.900,00	\$ 3.900,00	\$ 3.900,00	\$ 3.900,00	\$ 19.500,00
B1.2 Técnico de produção (6 meses/ano)	\$ 7.200,00	\$ 7.200,00	\$ 7.200,00	\$ 7.200,00	\$ 7.200,00	\$ 36.000,00
B2 Encargos Sociais - Pessoal da Administração 40,00%	\$ 4.440,00	\$ 4.440,00	\$ 4.440,00	\$ 4.440,00	\$ 4.440,00	\$ 22.200,00
B3 TERCEIRIZAÇÃO	\$ 32.400,00	\$ 33.400,00	\$ 33.400,00	\$ 33.400,00	\$ 33.400,00	\$ 166.000,00
<small>% Encargos Sociais sobre Total Base de Administração</small>	55,22%	52,61%	52,61%	52,61%	52,61%	52,22%
B3.1 pessoal da linha de produção (4 meses/ano)	\$ 28.000,00	\$ 28.000,00	\$ 28.000,00	\$ 28.000,00	\$ 28.000,00	\$ 130.000,00
B3.2 Frete do porto até entrega nos clientes	\$ 6.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 7.400,00	\$ 36.000,00
B4 Encargos Sociais sobre Terceirizados 40,00%	\$ 12.960,00	\$ 13.360,00	\$ 13.360,00	\$ 13.360,00	\$ 13.360,00	\$ 66.400,00
C DIVIDENDOS	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
C1 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
C2 Encargos Sociais sobre Dividendos 0,00%	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
MÃO DE OBRA TOTAL	\$ 69.860,00	\$ 72.660,00	\$ 72.660,00	\$ 72.660,00	\$ 72.660,00	\$ 360.500,00

Compras e Insumos

Descrição	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
1 Compras/Insumos	\$ 74.217,65	\$ 74.217,65	\$ 74.217,65	\$ 74.217,65	\$ 74.217,65	\$ 371.088,26
1.1 Castanha pré-beneficiada	\$ 30.057,65	\$ 30.057,65	\$ 30.057,65	\$ 30.057,65	\$ 30.057,65	\$ 150.288,26
1.2 Castanha beneficiada (Amendoads)	\$ 29.440,00	\$ 29.440,00	\$ 29.440,00	\$ 29.440,00	\$ 29.440,00	\$ 147.200,00
1.3 castanha orgânica	\$ 14.720,00	\$ 14.720,00	\$ 14.720,00	\$ 14.720,00	\$ 14.720,00	\$ 73.800,00
2 Fretes	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
3 Embalagens	\$ 2.145,00	\$ 2.145,00	\$ 2.145,00	\$ 2.145,00	\$ 2.145,00	\$ 10.725,00
TOTAL	\$ 76.362,65	\$ 381.813,26				

Receitas

Descrição	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
A VENDAS (faturamento)	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 1.714.400,00
A1 Produtos e Serviços						
A1,1 Castanha pré-beneficiada	\$ 66.880,00	\$ 66.880,00	\$ 66.880,00	\$ 66.880,00	\$ 66.880,00	\$ 334.400,00
A1,2 Castanha beneficiada (Amendoas)	\$ 165.600,00	\$ 165.600,00	\$ 165.600,00	\$ 165.600,00	\$ 165.600,00	\$ 828.000,00
A1,3 castanha orgânica	\$ 110.400,00	\$ 110.400,00	\$ 110.400,00	\$ 110.400,00	\$ 110.400,00	\$ 552.000,00
B RECEBIMENTOS	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 1.714.400,00
B1 Produtos e Serviços						
Vendas à prazo						
Á vista	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
30 dias						
60 dias						
90 dias						
B1,1 Castanha pré-beneficiada	\$ 66.880,00	\$ 66.880,00	\$ 66.880,00	\$ 66.880,00	\$ 66.880,00	\$ 334.400,00
B1,2 Castanha beneficiada (Amendoas)	\$ 165.600,00	\$ 165.600,00	\$ 165.600,00	\$ 165.600,00	\$ 165.600,00	\$ 828.000,00
B1,3 castanha orgânica	\$ 110.400,00	\$ 110.400,00	\$ 110.400,00	\$ 110.400,00	\$ 110.400,00	\$ 552.000,00
3 Receitas Financeiras	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
4 Outras Receitas	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
5 Comissão sobre Vendas	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -

Impostos & Taxas

Descrição	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
1 IMPOSTOS A RECOLHER	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 144.264,00
1,1 Impostos Federais	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1,2 Impostos Estaduais	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1,3 Impostos Municipais	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1,4 Estimativa total de impostos	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 144.264,00
2 Créditos Tributários	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,1 Impostos sobre Compras / Insumos	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,2 Impostos sobre Investimentos	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2,3 Impostos sobre Despesas	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
3 Imposto sobre Movimentação Financeira	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
4 Crédito tributário de períodos anteriores	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
TOTAL IMPOSTOS A PAGAR	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 28.852,80	\$ 144.264,00

OBS.: Caso o valor total dos impostos esteja negativo, significa que neste período a empresa apurou um crédito sobre estes impostos.

Empréstimos

Empréstimo 1				
Valor	Data Entrada	Carência	Amortização	Custo
\$ 163.890,00	ago-2013	32	36	0,17%
Garantias				
Garantias Reais	Índice	1	Valor Venal	Valor Avalizado
			\$ -	\$ -
			Total de garantias reais:	\$ -
Fundo de Aval	% Financiamento	Taxa	Pagamento	Valor Avalizado
	0,00%	0,00%	\$ -	\$ -
			Total de Fundos de Aval:	\$ -
TOTAL (garantias reais + fundos de aval)				\$ -

Amortização de Empréstimos

Empréstimo 1	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
1. Recebimento	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2. Pagamento	\$ -	\$ -	\$ 38.395,43	\$ 57.593,15	\$ 57.593,15
2.1. Juros	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2.2. Amortização	\$ -	\$ -	\$ 38.395,43	\$ 57.593,15	\$ 57.593,15
3. Taxa Aval	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
4. Saldo Devedor	\$ 168.276,03	\$ 171.642,41	\$ 134.384,01	\$ 76.790,86	\$ 19.197,72
SALDO DEVEDOR TOTAL					
Empréstimos	\$ 168.276,03	\$ 171.642,41	\$ 134.384,01	\$ 76.790,86	\$ 19.197,72

Fontes e Usos

FONTES E USOS (INVESTIMENTO)		CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO (A REALIZAR)						Ampliação		
FONTES	Realizado	A Realizar	Total	ago-2013	set-2013	out-2013	nov-2013	dez-2013	jan-2014	
A.1 Recursos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.1.1 Investido pelos Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.1.2 Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.2 Empréstimos	-	163.890,00	163.890,00	163.890,00	-	-	-	-	-	-
A.2.1 Empréstimo 1	-	163.890,00	163.890,00	163.890,00	-	-	-	-	-	-
A.3 Outros	-	2.126,27	2.126,27	2.126,27	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL FONTES	-	166.016,27	166.016,27	166.016,27	-	-	-	-	-	0,00

FONTES E USOS (INVESTIMENTO)		CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO (A REALIZAR)						Ampliação		
USOS	Realizado	A Realizar	Total	ago-2013	set-2013	out-2013	nov-2013	dez-2013	jan-2014	
B.1 Investimento Fixo	-	163.890,00	163.890,00	163.890,00	-	-	-	-	-	-
B.1.1 Obras Civis	-	77.500,00	77.500,00	77.500,00	-	-	-	-	-	-
B.1.2 Instalações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.1.3 Software	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.1.4 Equipamentos	-	5.750,00	5.750,00	5.750,00	-	-	-	-	-	-
B.1.5 Máquinas	-	17.100,00	17.100,00	17.100,00	-	-	-	-	-	-
B.1.6 Móveis e Utensílios	-	3.540,00	3.540,00	3.540,00	-	-	-	-	-	-
B.1.7 Veículos	-	60.000,00	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-	-
B.1.8 Compras (estoque inicial)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.1.9 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.1.10 Despesas Pré Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.2 Taxa de Aval	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.3 Capital de Giro	-	2.126,27	2.126,27	2.126,27	-	-	-	-	-	-
TOTAL USOS	-	166.016,27	166.016,27	166.016,27	-	-	-	-	-	-

Fluxo de Caixa

Descrição	Até 31-12-2013	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL	%
1 TOTAL ENTRADAS	\$ 166.016,27	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 1.880.416,27	100,0%
1.1 Receita de Vendas / Serviços	-	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 1.714.400,00	91,2%
1.2 Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
1.3 Empréstimos	\$ 163.890,00	-	-	-	-	-	\$ 163.890,00	8,7%
1.4 Outras Receitas	\$ 2.126,27	-	-	-	-	-	\$ 2.126,27	0,1%
1.5 Capital Próprio Investido na Empresa	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2 TOTAL SAIDAS	\$ (163.890,00)	\$ (220.810,71)	\$ (212.289,03)	\$ (250.684,46)	\$ (269.882,18)	\$ (269.882,18)	\$ (1.387.438,57)	100,0%
2.1 DESPESAS com PRODUÇÃO	\$ -	\$ (76.362,65)	\$ (76.362,65)	\$ (76.362,65)	\$ (76.362,65)	\$ (76.362,65)	\$ (381.813,26)	27,5%
2.1.1 Compras/Insumos	-	\$ (74.217,65)	\$ (74.217,65)	\$ (74.217,65)	\$ (74.217,65)	\$ (74.217,65)	\$ (371.088,26)	26,7%
2.1.2 Fretes	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.1.3 Embalagens	-	\$ (2.145,00)	\$ (2.145,00)	\$ (2.145,00)	\$ (2.145,00)	\$ (2.145,00)	\$ (10.725,00)	0,8%
2.2 DESPESAS com PESSOAL	\$ -	\$ (69.860,00)	\$ (72.660,00)	\$ (72.660,00)	\$ (72.660,00)	\$ (72.660,00)	\$ (360.500,00)	26,0%
2.2.1 Pessoal Produção	-	\$ (6.400,00)	\$ (7.400,00)	\$ (7.400,00)	\$ (7.400,00)	\$ (7.400,00)	\$ (36.000,00)	2,6%
2.2.2 Pessoal Administrativo e de Apoio	-	\$ (11.100,00)	\$ (11.100,00)	\$ (11.100,00)	\$ (11.100,00)	\$ (11.100,00)	\$ (55.500,00)	4,0%
2.2.3 Autônomos	-	\$ (32.400,00)	\$ (33.400,00)	\$ (33.400,00)	\$ (33.400,00)	\$ (33.400,00)	\$ (166.000,00)	12,0%
2.2.4 Comissões	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.2.5 Encargos Sociais	-	\$ (19.960,00)	\$ (20.760,00)	\$ (20.760,00)	\$ (20.760,00)	\$ (20.760,00)	\$ (103.000,00)	7,4%
2.3 DESPESAS ADMINISTRATIVAS	\$ -	\$ (14.600,00)	\$ (14.600,00)	\$ (14.600,00)	\$ (14.600,00)	\$ (14.600,00)	\$ (73.000,00)	5,3%
2.3.1 Aluguéis, Condomínios e IPTU	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.3.2 Marketing e Publicidade	-	\$ (1.500,00)	\$ (1.500,00)	\$ (1.500,00)	\$ (1.500,00)	\$ (1.500,00)	\$ (7.500,00)	0,5%
2.3.3 Treinamentos e Viagens	-	\$ (1.900,00)	\$ (1.900,00)	\$ (1.900,00)	\$ (1.900,00)	\$ (1.900,00)	\$ (9.500,00)	0,7%
2.3.4 Manutenção & Conservação	-	\$ (8.000,00)	\$ (8.000,00)	\$ (8.000,00)	\$ (8.000,00)	\$ (8.000,00)	\$ (40.000,00)	2,9%
2.3.5 Seguros	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.3.6 Água, Luz e Telefone	-	\$ (2.400,00)	\$ (2.400,00)	\$ (2.400,00)	\$ (2.400,00)	\$ (2.400,00)	\$ (12.000,00)	0,9%
2.3.7 Outras Despesas	-	\$ (800,00)	\$ (800,00)	\$ (800,00)	\$ (800,00)	\$ (800,00)	\$ (4.000,00)	0,3%
2.4 INVESTIMENTOS	\$ (163.890,00)	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ (163.890,00)	11,8%
2.4.01 Obras Cíveis	\$ (77.500,00)	-	-	-	-	-	\$ (77.500,00)	5,6%
2.4.02 Instalações	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.4.03 Equipamentos	\$ (5.750,00)	-	-	-	-	-	\$ (5.750,00)	0,4%
2.4.04 Máquinas	\$ (17.100,00)	-	-	-	-	-	\$ (17.100,00)	1,2%
2.4.05 Móveis e Utensílios	\$ (3.540,00)	-	-	-	-	-	\$ (3.540,00)	0,3%
2.4.06 Veículos	\$ (60.000,00)	-	-	-	-	-	\$ (60.000,00)	4,3%
2.4.07 Compras Insumos	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.4.08 Softwares	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.4.09 Outros	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.4.10 Despesas Pré-Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.5 DESPESAS TRIBUTARIAS	\$ -	\$ (59.988,06)	\$ (48.666,38)	\$ (48.666,38)	\$ (48.666,38)	\$ (48.666,38)	\$ (254.653,58)	18,4%
2.5.1 Impostos a Pagar	-	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (144.264,00)	10,4%
2.5.2 Provisão para imposto de Renda	-	\$ (31.135,26)	\$ (19.813,58)	\$ (19.813,58)	\$ (19.813,58)	\$ (19.813,58)	\$ (110.389,58)	8,0%
2.60 DESPESAS FINANCEIRAS	\$ -	\$ -	\$ -	\$ (38.395,43)	\$ (57.593,15)	\$ (57.593,15)	\$ (153.581,72)	11,1%
2.6.1 Taxas/Juros de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2.6.2 Amortização de empréstimos	-	-	-	\$ (38.395,43)	\$ (57.593,15)	\$ (57.593,15)	\$ (153.581,72)	11,1%
2.70 DIVIDENDOS	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	0,0%
3 FLUXO DO PERÍODO	\$ 2.126,27	\$ 122.069,29	\$ 130.590,97	\$ 92.195,54	\$ 72.997,82	\$ 72.997,82	\$ 492.977,70	26,2%
4 SALDO ACUMULADO DE CAIXA	\$ 2.126,27	\$ 124.195,56	\$ 254.786,53	\$ 346.982,06	\$ 419.979,88	\$ 492.977,70	\$ 492.977,70	26,2%

Projeção dos Resultados

Descrição	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	TOTAL
1 RECEITA BRUTA DE VENDAS	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 1.714.400,00
2.1 (-) Deduções Impostos	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (144.264,00)
2.2 (-) Deduções Comissões	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
3 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	\$ 314.027,20	\$ 314.027,20	\$ 314.027,20	\$ 314.027,20	\$ 314.027,20	\$ 1.570.136,00
4 (-) Custo de Produção	\$ (85.322,65)	\$ (86.722,65)	\$ (86.722,65)	\$ (86.722,65)	\$ (86.722,65)	\$ (432.213,26)
F pessoal da Produção	\$ (8.960,00)	\$ (10.360,00)	\$ (10.360,00)	\$ (10.360,00)	\$ (10.360,00)	\$ (50.400,00)
Compras/Insumos	\$ (74.217,65)	\$ (74.217,65)	\$ (74.217,65)	\$ (74.217,65)	\$ (74.217,65)	\$ (371.088,26)
Fretes & Embalagens	\$ (2.145,00)	\$ (2.145,00)	\$ (2.145,00)	\$ (2.145,00)	\$ (2.145,00)	\$ (10.725,00)
5 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	\$ 228.704,55	\$ 227.304,55	\$ 227.304,55	\$ 227.304,55	\$ 227.304,55	\$ 1.137.922,74
6 (-) DESPESAS OPERACIONAIS	\$ (93.814,00)	\$ (95.214,00)	\$ (95.214,00)	\$ (95.214,00)	\$ (95.214,00)	\$ (474.670,00)
6.1 Despesas Administrativas	\$ (60.900,00)	\$ (62.300,00)	\$ (62.300,00)	\$ (62.300,00)	\$ (62.300,00)	\$ (310.100,00)
F pessoal da Administração & Terceirização	\$ (60.900,00)	\$ (62.300,00)	\$ (62.300,00)	\$ (62.300,00)	\$ (62.300,00)	\$ (310.100,00)
Aluguéis, Condomínios e IPTU	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
6.2 Despesas de Vendas e Marketing	\$ (1.500,00)	\$ (1.500,00)	\$ (1.500,00)	\$ (1.500,00)	\$ (1.500,00)	\$ (7.500,00)
6.3 Despesas Gerais	\$ (13.100,00)	\$ (13.100,00)	\$ (13.100,00)	\$ (13.100,00)	\$ (13.100,00)	\$ (65.500,00)
6.4 Depreciação Acumulada	\$ (18.314,00)	\$ (18.314,00)	\$ (18.314,00)	\$ (18.314,00)	\$ (18.314,00)	\$ (91.570,00)
7 RESULTADO OPERACIONAL	\$ 134.890,55	\$ 132.090,55	\$ 132.090,55	\$ 132.090,55	\$ 132.090,55	\$ 663.252,74
8 Receitas Financeiras	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
9 Taxas/Juros de Financiamentos	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
10 RESULTADO TRIBUTÁVEL	\$ 134.890,55	\$ 132.090,55	\$ 132.090,55	\$ 132.090,55	\$ 132.090,55	\$ 663.252,74
11 (-) Imposto sobre Lucro	\$ (31.135,26)	\$ (19.813,58)	\$ (19.813,58)	\$ (19.813,58)	\$ (19.813,58)	\$ (110.389,59)
12 LUCRO LÍQUIDO	\$ 103.755,29	\$ 112.276,97	\$ 112.276,97	\$ 112.276,97	\$ 112.276,97	\$ 552.863,16

Balanco Patrimonial

Exercício Findo em:		dez-2015	dez-2016	dez-2017	dez-2018
1 ATIVO					
Conta					
1.1	Ativo Circulante				
1.1.1	Caixa e Bancos	\$ 283.795,51	\$ 375.991,05	\$ 448.988,87	\$ 521.986,69
1.1.2	Duplicatas a Receber	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.1.3	Estoques	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.1.4	Impostos a Recuperar	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
	Total Ativo Circulante	\$ 283.795,51	\$ 375.991,05	\$ 448.988,87	\$ 521.986,69
1.2	Ativo Realizável a Longo Prazo				
1.2.1	Duplicatas a Receber	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.2.2	Outros	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.3	Ativo Permanente				
1.3.1	Investimentos	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
1.3.2.1	Imobilizado	\$ 163.890,00	\$ 163.890,00	\$ 163.890,00	\$ 163.890,00
1.3.2.2	(-) Depreciação Acumulada	\$ (18.314,00)	\$ (54.942,00)	\$ (73.256,00)	\$ (91.570,00)
1.3.3	Diferido	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
	Total Ativo Permanente	\$ 145.576,00	\$ 108.948,00	\$ 90.634,00	\$ 72.320,00
	ATIVO TOTAL	\$ 298.780,55	\$ 484.939,05	\$ 539.622,87	\$ 594.306,69
2 PASSIVO					
2.1	Passivo Circulante				
2.1.1	Salários e Encargos a Pagar	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2.1.2	Impostos & Taxas	\$ 19.813,58	\$ 19.813,58	\$ 19.813,58	\$ 19.813,58
2.1.3	Fornecedores	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2.1.4	Contas a Pagar	\$ 200,00	\$ -	\$ -	\$ -
2.1.5	Empréstimos e Financiamentos	\$ 38.395,43	\$ 57.593,15	\$ 57.593,15	\$ -
2.1.6	Outros	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
	Total Passivo Circulante	\$ 58.209,01	\$ 77.406,73	\$ 77.406,73	\$ 19.813,58
2.2	Passivo Exigível a Longo Prazo				
2.2.1	Empréstimos e Financiamentos	\$ 133.246,98	\$ 76.790,86	\$ 19.197,72	\$ 19.197,72
2.2.2	Outros	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2.3	Patrimônio Líquido				
2.3.1	Capital Social	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2.3.2	Reservas de Capital	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2.3.3	Lucros/Prejuízos Acumulados	\$ 219.601,52	\$ 330.741,46	\$ 443.018,43	\$ 555.295,39
	Total Patrimônio Líquido	\$ 219.601,52	\$ 330.741,46	\$ 443.018,43	\$ 555.295,39
	PASSIVO TOTAL	\$ 298.780,55	\$ 484.939,05	\$ 539.622,87	\$ 594.306,69

Análise do Investimento

Análise Financeira do Investimento (5 primeiros anos)		2 mês
Pay Back - Tempo de Retorno do Investimento		
Atratividade (Valor Presente)		
Taxa mínima requerida de retorno (taxa de atratividade):		16,00% a.a.
Investimento Inicial:	\$	(166.016,27)
Projeção Atual do Fluxo de Caixa (Valor Presente):	\$	336.419,55
VALOR PRESENTE LÍQUIDO =	\$	170.403,28
TIR - Taxa Interna de Retorno		60,94% ao ano

Projeções de Longo Prazo*	5 anos	10 anos	15 anos	20 anos
VPL (Valor Presente Líquido) = \$	170.403,28	\$ 284.202,05	\$ 338.383,12	\$ 364.179,44
TIR (Taxa Interna de Retorno) =	60,94%	65,32%	65,63%	65,65%
Pay back - Tempo de Retorno do Investimento =				2 mês

* Para fazer uma análise usando os anos 6 ao 20, foram usados os mesmos dados informados para o ano 5

Análise de Balanço	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Liquidez Geral	0,768	1,482	2,438	4,648	13,380
Liquidez Corrente	4,889	4,875	4,857	5,800	26,345
Endividamento Geral	0,668	0,466	0,318	0,179	0,066
Imobilização do PL	1,468	0,580	0,329	0,205	0,130
Margem Líquida	0,330	0,358	0,358	0,358	0,358
Rentabilidade do Ativo	0,332	0,534	0,682	0,821	0,934
Rentabilidade do PL	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

Ponto de Equilíbrio

Descrição	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Receita Bruta Total	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00	\$ 342.880,00
Despesas de Produção	\$ (85.322,65)	\$ (86.722,65)	\$ (86.722,65)	\$ (86.722,65)	\$ (86.722,65)
Comissão sobre Vendas	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Impostos sobre Vendas	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)	\$ (28.852,80)
Margem de Contribuição Global	66,70%	66,29%	66,29%	66,29%	66,29%
Despesas Administrativas	\$ 93.814,00	\$ 95.214,00	\$ 95.214,00	\$ 95.214,00	\$ 95.214,00
PONTO DE EQUILÍBRIO	\$ 140.648,47	\$ 143.626,59	\$ 143.626,59	\$ 143.626,59	\$ 143.626,59

3ª etapa:

Nesta terceira etapa foi realizada uma viagem ao PAE Botos entre 06 a 11/03/2012. A viagem ocorreu juntamente com a equipe do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia (NUPEAS) da Universidade Federal do Amazonas (Campus Vale do Madeira), ao qual este projeto está vinculado. A equipe tinha como objetivo a coleta de informações junto aos extrativistas com visita nas suas casas, que foi realizada nas comunidades do Pirapitinga (Figuras 25, 26, 27 e 28), Escapole (Figuras 29, 30, 31 e 32) e Botos (Figuras 33, 34, 35 e 36), no âmbito do projeto “Desenvolvimento de tecnologias sociais e agroecológicas em comunidades rurais do Sul do Amazonas”.



FIGURAS 25, 26, 27 e 28: Comunidade Pirapitinga, NUPEAS 2012.



FIGURAS 29, 30, 31 e 32: Comunidade Escapole, NUPEAS 2012.



FIGURAS 33, 34, 35 e 36: Comunidade Botos, NUPEAS 2012.

Na oportunidade, foi realizada uma palestra sobre “gestão comunitária do negócio” no dia 11/03/2012 (Figuras 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43), objetivando orientar a comunidade como o plano de negócios elaborado poderia ser implantado e as estratégias para que a comunidade seja gestora de suas atividades, diminuindo a dependência de intervenções externas.



FIGURAS 37, 38, 39 e 40: Oficina de Gestão Comunitária da Castanha, NUPEAS 2012.



FIGURAS 41, 42 e 43: Oficina de Gestão Comunitária da Castanha, NUPEAS 2012

A palestra contou com a participação de 21 comunitários do PAE Botos (comunidades do Escapole, Pirapitinga e Botos). Foi ministrada pelo acadêmico Andreson Oliveira Cardoso, sob a orientação da professora Francimara Souza da Costa. Durante a palestra, foi dado espaço para que os participantes expressassem suas dúvidas e ideias a respeito do tema trabalhado. Foram realizadas dinâmicas a respeito da união, para suscitar a compreensão da importância da participação de todos para atingir objetivos coletivos, como no caso de preço mais justo pago pela castanha.

A palestra iniciou com uma breve introdução sobre o negócio da castanha, focando-se principalmente na comercialização, que tem sido um dos maiores desafios para os extrativistas, sendo este o ponto mais frágil da cadeia produtiva. Para os extrativistas, deixar a dependência de vender seus produtos aos atravessadores (compradores que vão até as comunidades para comprar os

produtos por preços mais baixos e revendem na cidade) e marreteiros (donos de embarcações que trocam produtos alimentícios e de higiene em geral pela matéria prima dos extrativistas, pagando preços baixíssimos) e conseqüentemente alcançar um preço mais justo com a venda da castanha, constitui-se em um dos principais entraves.

Durante a abordagem foram demonstrados alguns exemplos de municípios no Estado do Amazonas que já se encontram com possibilidade de maior verticalização da produção da castanha em comunidades rurais, por meio da mobilização de associações e cooperativas, como os municípios de Boca do Acre, Lábrea, Amaturá, Manicoré e Coari.

Um dos itens discutidos pelos extrativistas foi à possibilidade de oferecimento da castanha para o mercado consumidor com garantia de qualidade, sendo muito importante para agregação de valores e alcançar compradores que paguem preços mais justos. Foi apontado pelos participantes que os fatores fundamentais para melhorar a produção de castanha no assentamento são o fortalecimento da associação, maior união dos comunitários, implantação do plano de manejo da castanha e beneficiamento.

O conceito de gestão comunitária foi construído a partir da compreensão dos participantes, concluindo o grupo que trata-se do “gerenciamento do negócio realizado pela comunidade em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais”. Após a compreensão do conceito, foi discutida a importância da organização da comunidade para conseguir gerir seus negócios, partindo do planejamento e gerenciamento. Foi reforçado também a importância da busca por parcerias para captação de recursos e orientações técnicas.

6. CONCLUSÕES

O projeto de assentamento agroextrativista Botos, atualmente, possui 56 famílias aproximadamente assentadas, com 35 famílias na comunidade do Botos, 9 famílias no Pirapitinga e 12 famílias na comunidade do Escapole. Apesar dos entraves que enfrenta apresenta-se com grande capacidade produtiva para castanha do Brasil. Porém, são necessários incentivos através de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, para que haja qualificação na coleta, beneficiamento, comercialização do produto e preservação do meio ambiente. Para que isso ocorra, a comunidade deve estar organizada coletivamente através da associação dos moradores do assentamento que poderá intermediar o alcance de parcerias que venham a contribuir com o desenvolvimento das famílias do assentamento.

Contudo com a elaboração do plano de negócio participativo junto aos comunitários, mostra-se que o projeto de assentamento tem capacidade produtiva de manter uma usina de beneficiamento de castanha para comercialização de castanha beneficiada, pré-beneficiada e castanha orgânica, contribuindo desta forma com o aumento da renda familiar de todas as famílias do assentamento, uma vez que os resultados do plano de negócio apontam que o preço da lata de castanha (18 litros ou 10 kg) que atualmente é vendido ao preço de até R\$ 11,00 no fim da safra, o que pode ser aumentado para até R\$ 28,90, ampliando a renda dos extrativistas em até 92%.

A receita prevista com a venda dos produtos oriundos do beneficiamento, pré-beneficiamento e a castanha orgânica, será suficiente para o pagamento de todos os compromissos operacionais estimados para a implantação da usina de beneficiamento da castanha, com fluxos de caixa anuais positivos ao longo do período analisado, variando entre R\$ 72.997,82 a R\$ 130.590,97. Apesar de todos os entraves que enfrentam os extrativistas do assentamento como conflitos com donos de terras, desmatamento, falta de local para armazenamento e preço baixo pago pela castanha pelos atravessadores e falta de assistência técnica, os comunitários têm grande capacidade de melhorar suas condições de vida dentro do PAE Botos com a implantação da usina de beneficiamento de castanha.

Serão entregues cópias do plano de negocio ao presidente da associação do Botos e ao INCRA como sugestão para composição do PU e PDA. O Plano de Utilização (PU) é o conjunto de regras de manejo a serem realizadas para uso do roçado, das estradas de seringa, a caça, a pesca e a extração de sementes e madeiras. O plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento do local, através da capacitação das comunidades envolvidas, de acordo com suas vocações e potencialidades. Apresenta-se como uma metodologia de desenvolvimento que visa romper com antigos paradigmas e adotar novo modelo com alternativa de desenvolvimento dando acesso à educação e saúde, assim como a reestruturação econômica e produtiva, a introdução de novas tecnologias, democratizando as oportunidades e preservando o meio ambiente (BRASIL, 2008).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIGLERI, Lilian. Gestão Socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALMEIDA, A. W. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 6, n.1, p. 9-32, ANPUR, maio de 2004.
- AMAZONAS, Governo do Estado. Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil no Estado do Amazonas/ Mario Menezes, Marcos Roberto Pinheiro, Ana Cintia Guazzell e Fabio Martins. Manaus: SDS, 2005. Serie técnica Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 3. 28 pg.
- BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. O que São Assentamentos Rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.
- BORGES, V. L. G.; PASTORE JÚNIOR, F. Tecnologias sustentáveis e economia não-madeireira na Amazônia. Terra das Águas, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 77-97, 1999.
- BRASIL, 2008. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/instrumentoPlanejamento/Plano_de_Utilizacao_final_270109_REV_ICMBlo_e_WWF-Brasil.pdf. Acesso em fevereiro de 2012.
- CARVALHO, Leandro Dias Cardoso, M.S, Extrativismo vegetal e condições socioeconômicas do Assentamento Rural Gleba Riachuelo (MA).Tese de Mestrado (Departamento de Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa, junho de 2001.
- CURADO, Fernando Fleury. “Esverdeando” a reforma agrária: atores sociais e a sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais no Estado de Goiás, tese de Doutorado 237 p. (UnB-CDS, Doutor, Política e Gestão Ambiental, 2004).
- DEMO, Pedro. Participação é conquista: Noções de Política Social Participativa. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.p.66-67.
- DORNELAS, José. Plano de Negócios: o segredo do sucesso do empreendedor. Mito ou Realidade? Entendendo a finalidade e a eficácia do plano de negócios. 1995.
- ENRIQUEZ, G. Desafios da sustentabilidade da Amazônia: biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas. Tese (doutorado), p. 460, Centro de Desenvolvimento Sustentável, universidade de Brasília, 2008.
- FACHINELLO, Dirlei T. Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNM) no Estado de Rondônia e as Visões sobre Desenvolvimento, Sustentabilidade e Extrativismo. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-

Graduação Mestrado em Administração – PPGMAD, Porto Velho: UNIR, 2010, 99 p.

FEARNSIDE, Philip. Valoração econômica e os serviços ambientais da Amazônia. In: RIVAS, Alexandre; FREITAS, Carlos E.; MOURÃO, Renata R. Valoração e Instrumentos Econômicos Aplicados ao Meio Ambiente: Alternativas para Proteger a Amazônia. Manaus: Instituto Piatam, 2008. pp.55-67.

FILOCREÃO, A.S.M. Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. Belém, 2005. 520 f. Tese (Doutorado em Ciências, Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

GIRARDI, E. P. e FERNANDES, B. M.A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. Agrária, São Paulo, nº 8, pp. 73-98, 2008.

GUERRA, Raissa. É possível Atingir a Sustentabilidade nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no Estado do Acre., 116 p., (UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2002). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

HOMMA, A.K.O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades. Brasília: EMBRAPA, 1993. 202 p.

IBAMA. O neoextrativismo ou agroextrativismo. Brasília. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/textos/h12.htm>, acessado em 25/06/2011.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção de extração vegetal e da silvicultura, vol. 23, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rio de Janeiro, Brasil. pp. 1-47.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. Produção de extração vegetal e da silvicultura. Vol. 23. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rio de Janeiro, Brasil. 47pp.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, v.24, 2009.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, v. 25. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/comentario.pdf>. acessado em 15/03/2012.

IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2005. 188 p.

INCRA, outubro de 2001. Base de dados do Departamento de Assentamento – DP. Brasília.

- INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IIEB. Relatório do curso de capacitação em Plano de Uso para assentamentos. Humaitá/AM, 2010.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. Série Antropologia. Brasil, 2002.
- MACHADO, F. S. Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. Frederico Soares Machado. Rio Branco, Acre: PESACRE e CIFOR, 2008.
- MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MIRAD. Política de assentamento. Brasília, 1987.
- MOREIRA, Emília. Território(s) de Esperança: Projeto de pesquisa. João Pessoa: CNPq, 2006.
- MORI, S.A., e PRANCE, G.T. (1990). Taxonomy, ecology, and economic botany of Brazil nut (*Bertholletia excels* Humb. e Bonpl. Lecythidaceae). *Advances in Economic Botany* 8: 130-150
- MÜLLER, C.H., 1981. Castanha-do-Brasil: estudos agronômicos. EMBRAPA, Centro de Pesquisas Agropecuária do Trópico Úmido, Belém, Pará, Brasil. Documentos 1, 1-25.
- PAULA, Mônica Silva de. Cenários futuros para o transporte de produtos florestais não-madeireiros no interior do Estado do Amazonas. Tese (doutorado) - UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Transportes - Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009, XII 130 p; 29,7 cm.
- PORTARIA 269 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
- PRANCE, G. T. e MORI, S. A. Observations on the fruits an seeds of neotropical Lecythidaceae, *Britonia*, vol. 30, 21 – 33, 1978.
- SALLES, Ricardo. Plano de Negócios para cooperativas e associações – Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.94p
- SALOMÃO, R.P., 2009. Densidade, estrutura e distribuição espacial da Castanheira-do-brasil (*Bertholletia excelsa* H. & B.) em dois platôs de floresta ombrófila densa na Amazônia setentrional brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi Ciências Naturais*, 4, 11-25.
- SANTOS, J.C. dos; SOUZA, A.D de; CASTRO, A.A. de; KAGEYAMA, P.S.; BRAGA, R.R.; MENEZES, R.S. de; COSTA, J.S.R. da. Demandas tecnológicas para o sistema produtivo de borracha extrativa (*Hevea* spp.) no Estado do Acre. Rio Branco: Embrapa Acre, 2001. 18p. (Embrapa Acre. Documentos, 71).

- SCOLES, Ricardo. Ecologia e extrativismo da castanheira (*Bertholletia excelsa*, Lecythidaceae), em duas regiões da Amazônia brasileira. Tese de Doutorado. INPA, Manaus: 2010.
- SEBRAE, 2011. Cartilha de Acesso ao Pronaf. Saiba como obter Crédito para Agricultura. 2011/2012. Disponível em: www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/.../NT00044052.pdf. Acesso em fevereiro de 2012.
- SHANLEY, P., PIERCE, Alan; LAIRD, S. Além da Madeira a certificação de produtos florestais não madeireiros. Centre for International Forestry Research (CIFOR), 2005.
- SILVIA, Silvio Simeone da. Resistência camponesa e desenvolvimento agrário a Amazônia Acreana. Presidente Prudente, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.
- SIMONI, J. A multidimensionalidade da valorização de produtos locais: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. Tese (doutorado), p. 391, Centro de Desenvolvimento Sustentável, universidade de Brasília, 2009.
- SIMÕES, Aguiar Vasconcelos. Impactos de tecnologias alternativas e do manejo da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*, HUMB. & BONPL., 1808) no controle da contaminação por aflatoxinas em sua cadeia produtiva. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias), 62p. Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Ciências Agrárias, 2004.
- SOARES, Jorge Luís Nascimento. Modelo Agroecológico de Desenvolvimento Rural para os Projetos de Reforma Agrária no Cerrado. Disponível na Internet em: <http://www.icarrd.org/fr/icard_doc_down/others_nead2.pdf> Acesso em: 25.12.2011.
- SOUZA, I.F.de. Cadeia produtiva de castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) no Estado de Mato Grosso. Campo Grande, MS. 2006. UFMT. Dissertação de Mestrado-IDEA.
- SOUZA, M. L. de Estudos de processos tecnológicos para a obtenção de produtos derivados de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*, H.B.K.). Fortaleza, 1984, 139 p. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Ceará.
- TONINI, H. Castanheira-do-brasil: uma espécie chave na promoção do desenvolvimento com conservação. Boa Vista: EMBRAPA Roraima, 2007. 3 p.
- VIANA, C. F; RIBEIRO, H. S. Dinâmica da FRONTEIRA Agropecuária do SUL do Amazonas: O CASO DA RODOVIA DO ESTANHO. Instituto de Geociências -

IG, UNICAMP. Anais Do XII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP, São Paulo, 2004.

ZORÓ, APIZ. Associação do Povo Indígena Zoró. Boas práticas de coleta, armazenamento e comercialização da castanha-do-Brasil: Capacitação e intercâmbio de experiências entre os povos da Amazônia mato-grossense com manejo de produtos florestais não-madeiros. Cuiabá/MT-Denfanti Editora, 2008.

ZUIDEMA, P.A, BOOT, R.G.A., 2002. Demography of the Brazil nut tree (*Bertholletia excelsa*) in the Bolivian Amazon: impact of seed extraction on recruitment and population dynamics. *Journal of Tropical Ecology* 18, 1-31.

WILLIAMS, J. e WILSON, D. Informe sobre el problema de aflatoxinas de la Castaña (*Bertholletia Excelsa*) en Bolívia. Documento Técnico: 71. University of Giorgia, 1999, 20p.